

M 2014



DANOS NÃO PATRIMONIAIS DOS FAMILIARES DA VÍTIMA DE LESÃO CORPORAL GRAVE

DANOS REFLEXOS OU DANOS DIRETOS?

GUILHERME MARINHEIRA DIAS FONTES CASCAREJO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA

À FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM

CIÊNCIAS JURÍDICO-PRIVATÍSTICAS

TRABALHO REALIZADO SOB A ORIENTAÇÃO DO EXMO. SENHOR PROFESSOR DOUTOR
MANUEL A. CARNEIRO DA FRADA

JULHO DE 2014

Índice

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	3
1. O Problema; Plano de Estudo	3
2. Dano, Danos Não Patrimoniais e Danos Reflexos.....	6
2.1 Conceito de Dano e de Danos Não Patrimoniais.....	6
2.2 Danos Reflexos – Uma Primeira Aproximação	7
2.3 A Definição de Danos Reflexos nos Ordenamentos Jurídicos Francês, Italiano e Espanhol	9
2.4 Os Danos Reflexos no Ordenamento Jurídico Português – Ressarcibilidade e Conceito.....	10
CAPÍTULO II – OS DANOS NÃO PATRIMONIAIS DOS FAMILIARES DA VÍTIMA DE LESÃO CORPORAL GRAVE NOUTROS ORDENAMENTOS JURÍDICOS	13
3. A Questão nos Ordenamentos Jurídicos Francês, Italiano, Espanhol, Alemão e Norte-Americano	13
3.1 Ordenamento Jurídico Francês	13
3.2 Ordenamento Jurídico Italiano	15
3.3 Ordenamento Jurídico Espanhol.....	17
3.4 Ordenamento Jurídico Alemão	19
3.5 Ordenamento Jurídico Norte-Americano	20
CAPÍTULO III – OS DANOS NÃO PATRIMONIAIS DOS FAMILIARES DA VÍTIMA DE LESÃO CORPORAL GRAVE NO ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS	22
4. As Várias Posições Jurisprudenciais e Doutrinárias Sobre a Ressarcibilidade dos Danos Não Patrimoniais dos Familiares da Vítima de Lesão Corporal Grave	22
4.1 Posição Desfavorável à Ressarcibilidade	22
4.2 A Ressarcibilidade Com Base na Interpretação Extensiva do Artigo 496.º, n.º 4 do Código Civil	25
4.3 A Ressarcibilidade Por Força da Violação de um Direito Familiar Pessoal	27
4.4 A Ressarcibilidade Por Aplicação Direta dos Artigos 483.º, n.º 1 e 496.º, n.º 1 do Código Civil	30
4.5 O Acórdão de Uniformização de Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça de 16 de Janeiro de 2014 (Processo n.º 6430/07.0TBBERG) – A Interpretação Atualista dos Artigos 483.º, n.º 1 e 496.º, n.º 1 do Código Civil.....	32
5. Integração dos Danos Não Patrimoniais dos Familiares da Vítima de Lesão Corporal Grave nas Categorias do Dano Biológico ou do Dano Existencial?	36
5.1 A Categoria do Dano Biológico	36
5.2 A Categoria do Dano Existencial	39
6. Os Danos Não Patrimoniais dos Familiares da Vítima de Lesão Corporal Grave Como Resultado da Lesão de um Bem da Personalidade – Posição Adotada.....	41
6.1 O Relacionamento Familiar Como um Bem da Personalidade	41
6.2 A Tutela Jurídica do Relacionamento Familiar Enquanto Bem da Personalidade....	44
6.3 Nexo de Causalidade Entre o Facto que Determina a Lesão Corporal Grave e os Danos Não Patrimoniais dos Familiares da Vítima de Lesão Corporal Grave	49
6.4 Pontos Comuns Entre a Posição Adotada e Algumas Reflexões Doutrinárias e Jurisprudenciais	51
7. Conclusões	53
Bibliografia.....	54
Jurisprudência.....	59

Resumo

Com a elaboração desta dissertação pretendeu-se investigar se existe algum fundamento no nosso ordenamento jurídico para a pretensão indemnizatória por danos não patrimoniais dos familiares próximos das vítimas de lesão corporal grave. Pretendeu-se igualmente analisar se tais danos constituem danos reflexos ou danos diretos.

Defendemos que os danos não patrimoniais dos familiares próximos das vítimas de lesão corporal grave podem configurar-se como danos existenciais, e que traduzem a lesão de um bem da personalidade, na sua dimensão relacional. Em consequência, concluímos que tais danos não patrimoniais resultam da lesão de um direito de personalidade de que os próprios familiares próximos são titulares, pelo que os mesmos são indemnizáveis ao abrigo dos artigos 483.º, n.º 1, e 496.º, 1 do Código Civil, em conjugação com o artigo 70.º do mesmo diploma, constituindo, por isso, danos diretos, e não danos reflexos.

Abstract

With this thesis we intended to investigate if there is any basis in our legal system for the serious bodily harmed persons' closest relatives' claims for non-economic damages. We also intended to analyze if such damages constitute third-party damages or "direct" damages.

We defend that the serious bodily harmed persons' closest relatives' non-economic damages may be considered as "existential damages", and that those damages imply an injury to the personality, in its relational dimension. Consequently, we conclude that such non-economic damages result from a violation of a personality right of the closest relatives, and therefore, are recoverable under articles 70.º, 483.º, n.º 1, and 496.º, 1 of the Civil Code, constituting direct damages, and not third-party damages.

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1. O Problema; Plano de Estudo

Quando a morte de um sujeito é imputada a um ato ilícito e culposo ou à esfera de risco de um terceiro, a nossa lei prevê a possibilidade de serem indemnizados não só os danos não patrimoniais sofridos pela vítima mortal, como também os sofridos pelos familiares¹ que, em princípio, lhe serão mais próximos. É o regime que decorre do disposto no artigo 496.º, n.º 4 do Código Civil, conjugado com os n.ºs 2 e 3 do mesmo artigo². Está em causa, segundo Antunes Varela, compensar os familiares não só pelo desgosto ou vexame causado pela agressão ou pela sua causa, mas também pelo dano moral que representa a “falta do lesado”, tendo em conta os laços afetivos que mantinham com o mesmo³. Para Menezes Leitão, trata-se de compensar a dor e o sofrimento que a morte de uma pessoa é suscetível de provocar nesses familiares⁴. A doutrina e a jurisprudência francesas designam essa dor e esse sofrimento psicológico como *préjudice d'affection*⁵. Porém, nos casos em que um sujeito não

¹ Tendo em conta a equiparação que o atual n.º 3 do artigo 496.º do Código Civil estabelece entre unidos de facto e cônjuges para os efeitos aí previstos, com a expressão “familiares” pretendemos abranger também os unidos de facto, por uma questão de simplicidade de exposição.

² Existem decisões jurisprudenciais e autores que entendem que a ressarcibilidade dos danos não patrimoniais dos familiares da vítima é diretamente estabelecida pelo artigo 496.º, n.º 2 do Código Civil, e não pelo n.º 4. No entanto, entendemos que o artigo 496.º, n.º 2 apenas estabelece a ordem das pessoas que sucedem ao de cujus nos direitos indemnizatórios que o mesmo adquira ainda em vida. Apenas a 2.ª parte do n.º 4 do artigo 496.º se refere a danos próprios dos familiares da vítima, contrapondo-os e autonomizando-os face aos danos não patrimoniais sofridos pelo de cujus. Se assim não fosse, essa 2.ª parte do n.º 4 seria uma repetição absolutamente desnecessária e que nada acrescentaria ao disposto no n.º 2 do referido artigo, não nos parecendo correta semelhante interpretação, máxime atendendo ao disposto no artigo 9.º, n.º 3 do Código Civil. Em sentido convergente, vide LEITE CAMPOS, Lições de Direito da Família e das Sucessões, 2.ª ed., Almedina, 2010, p. 564; MENEZES CORDEIRO, Tratado de Direito Civil Português, II - Direito das Obrigações - Tomo III - Gestão de Negócios, Enriquecimento Sem Causa, Responsabilidade Civil, Almedina, 2010, pp. 519-520; CAPELO DE SOUSA, Lições de Direito das Sucessões, Volume I, 4.ª ed., Coimbra Editora, 2000, pp. 323-325.

³ Cf. ANTUNES VARELA, Das Obrigações em Geral, Vol. I, 10.ª ed., Almedina, 2000, p. 614. Assim, este autor parece incluir no âmbito dos danos não patrimoniais sofridos pelos familiares nos casos de morte, também os danos que correspondem ao que em França se designa como *préjudice d'accompagnement* – cf. infra, 1. e 3.1. Menezes Cordeiro e Menezes Leitão acrescentam que, nos casos em que a vítima sofre longamente antes de morrer, as pessoas que lhe eram próximas também sofrem com isso, pelo que esse sofrimento dos familiares também deve ser tido em conta na indemnização – cf. MENEZES CORDEIRO, Tratado de ..., II - Direito das Obrigações - Tomo III, cit., pp. 519-520; MENEZES LEITÃO, Direito das Obrigações, volume I, 11.ª ed., Almedina, 2014, pp. 303-304.

⁴ Cf. MENEZES LEITÃO, *Direito das...*, cit., p. 306. No mesmo sentido, vide Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça de 25/02/2009 (Processo n.º 08P3459) e de 15/04/2009 (Processo n.º 08P3704), disponíveis em www.dgsi.pt.

⁵ Cf. JUAN ANTONIO MORENO MARTÍNEZ, Daños Indirectos en Familiares y Terceros por Causa de Lesiones, Aranzadi, 2012, pp. 23-24 e 34; ABRANTES GERALDES, Temas da Responsabilidade Civil - Indemnização de Danos Reflexos, II Volume, Almedina, 2005, p. 54, nota 80; YVONNE LAMBERT-FAIVRE, Droit du dommage corporel - *Systèmes d'indemnisation*, Dalloz, 4^e édition, 2000, pp. 295-298; FRANÇOIS

falece em consequência do evento lesivo, mas sofre uma lesão corporal grave e incapacitante, os seus familiares mais próximos, aqueles que com ele convivem quotidianamente, também sofrerão danos? Estamos a referir-nos àqueles casos em que se verificam “(...) sequelas a nível orgânico e funcional (...)” cuja intensidade impede o lesado “(...) de realizar com autonomia as suas actividades da vida diária.”, sendo exemplos de tais lesões os estados vegetativos, as perturbações cognitivo-afetivas graves, as paralisias, as grandes amputações, as graves sequelas de queimaduras ou de politraumatismos, ou as cegueiras⁶. Nessas situações, os familiares desses lesados poderão sofrer uma grande tristeza por verem o seu ente querido naquele estado, de angústia e sofrimento, ou seja, também poderão sofrer um *préjudice d’affection*⁷. Mas poderão ainda sofrer devido aos transtornos e às alterações radicais que a lesão corporal grave do sujeito implica no quotidiano das suas próprias vidas⁸. De facto, em tais situações, os familiares poderão “(...) ter de passar os dias no hospital com o lesado, perder as suas noites a acalmar as agonias do lesado, ajudá-lo, no dia-a-dia, a superar as suas dificuldades físicas e as suas crises de desespero, podendo, por isso, ver a sua própria vida engolida pelo acidente, o que constitui uma «perturbação das suas condições de existência» (...)”⁹, sofrendo aquilo que em França se designa como *préjudice d’accompagnement*¹⁰. Assim, o que antes constituía um relacionamento familiar são, tranquilo e feliz, pode tornar-se num relacionamento marcado por “estados de angústia ou depressivos”, “quebra de legítimas expectativas”, “perda de tranquilidade”, “sobrecarga emocional”¹¹...

Confrontados com pedidos de indemnização por danos não patrimoniais dos familiares da vítima de lesão corporal grave, fundamentados naqueles sofrimentos, a maioria dos nossos tribunais dava uma resposta negativa a tais pedidos, uma vez que o evento lesivo não atingia nenhum direito subjetivo ou interesse legalmente protegido da esfera jurídica dos familiares, e a lei apenas permite atribuir uma indemnização por danos não patrimoniais aos familiares, independentemente da existência de uma lesão na sua esfera jurídica, nos casos de morte do

TERRÉ/PHILIPPE SIMLER/YVES LEQUETTE, *Droit Civil - Les Obligations*, 10^e édition, Dalloz, 2009, pp. 725-728.

⁶ Cf. TERESA MAGALHÃES/DUARTE NUNO VIEIRA, *A Avaliação de Grandes Traumatizados e a Atribuição da Terceira Pessoa*, in *Aspectos práticos da avaliação do dano corporal em Direito Civil*, coordenação: Duarte Nuno Vieira e José Alvarez Quintelo, Número 2, Imprensa Universidade de Coimbra, 2008, p. 121.

⁷ Cf. JUAN ANTONIO MORENO MARTÍNEZ, *Daños Indirectos...*, cit., pp. 23-24 e 34.

⁸ Cf. YVONNE LAMBERT-FAIVRE, *Droit du...*, cit., pp. 298-300; JUAN ANTONIO MORENO MARTÍNEZ, *Daños Indirectos...*, cit., p. 34; ABRANTES GERALDES, *Temas da ...*, II Volume, cit., p. 54-55, nota 80.

⁹ Pode também incluir-se neste tipo de consequências a perda do relacionamento sexual com o lesado, por parte do seu cônjuge, devido à eventual impotência sexual de que aquele fique a padecer por causa da lesão corporal grave – cf. JUAN ANTONIO MORENO MARTÍNEZ, *Daños Indirectos...*, cit., p. 24, nota 25.

¹⁰ Cf. YVONNE LAMBERT-FAIVRE, *Droit du...*, cit., pp. 298-299.

¹¹ Cf. ABRANTES GERALDES, *Temas da ...*, II Volume, cit., p. 33.

lesado, e já não nos casos em que o mesmo sobrevive, ficando embora a padecer de lesões corporais graves¹². Porém, após a publicação da obra de Abrantes Geraldès que vimos citando, algumas decisões jurisprudenciais seguiram o seu raciocínio, reconhecendo aos familiares próximos do lesado imediato o direito de indemnização por danos não patrimoniais nos casos de lesão corporal grave da qual não resulta a morte¹³, enquanto que outras mantiveram-se fiéis à jurisprudência tradicional, recusando a atribuição de tal direito¹⁴. Neste contexto, o Supremo Tribunal de Justiça proferiu recentemente o Acórdão de uniformização de jurisprudência de 16 de janeiro de 2014 (Processo n.º 6430/07.0TBBRG), no qual determinou que deve ser reconhecido a certos familiares da vítima de lesão corporal grave o direito a serem indemnizados por danos não patrimoniais, mediante a verificação de certos requisitos.

No entanto, o estudo desta questão continua a manter interesse, uma vez que o Tribunal não foi muito claro na construção dogmática que utilizou para sustentar a sua decisão, nem estabeleceu um critério que permita delimitar quais os familiares que podem reclamar uma indemnização, aspeto que sempre preocupou os autores estrangeiros e nacionais que estudam esta matéria¹⁵. Por outro lado, tendo em conta os onze votos de vencido lavrados naquele Acórdão uniformizador, bem como a disparidade das posições doutrinárias sobre este tema, podemos afirmar que a questão está longe de ser pacífica. Para além disso, o Tribunal recusou expressamente pronunciar-se sobre se os danos não patrimoniais dos familiares da vítima de lesão corporal grave devem ser qualificados como danos reflexos, no sentido de serem danos provocados numa esfera jurídica cujos direitos subjetivos ou interesses legalmente protegidos não são atingidos, ou como danos diretos ou “próprios”, por os eventos lesivos em causa também implicarem uma violação de um direito subjetivo ou de um interesse legalmente protegido da própria esfera jurídica dos familiares. Esses danos são tradicionalmente incluídos na primeira categoria, mas atualmente existem vozes, sobretudo no ordenamento jurídico italiano, que pugnam pela sua qualificação como danos diretos ou “próprios”.

¹² Ibid., pp. 36-48. Nesse sentido, vide Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça de 26/02/2004 (Processo n.º 4298/03) do Tribunal da Relação do Porto de 20/10/2004 (Processo n.º 0414382), disponíveis em www.dgsi.pt, do Supremo Tribunal de Justiça de 21/03/2000 (in Colectânea de Jurisprudência – Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça, tomo I, p. 138 e s.), do Tribunal da Relação de Lisboa de 06/05/1999 (in Colectânea de Jurisprudência, Tomo II, p. 88 e s.), do Tribunal da Relação de Coimbra de 26/10/1993 (in Colectânea de Jurisprudência, Tomo IV, p. 69 e s.).

¹³ Vide, por exemplo, Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça de 26/05/2009 (Processo n.º 3413/03.2TBVCT), de 14/09/2010 (Processo n.º 267/06.0TBVCD), e de 28/02/2013 (Processo n.º 60/2001), disponíveis em www.dgsi.pt.

¹⁴ Vide, por exemplo, Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça de 31/10/2006 (Processo n.º 3244/06), de 01/03/2007 (Processo n.º 4025/06), e de 17/09/2009 (Processo n.º 292/1999), disponíveis em www.dgsi.pt.

¹⁵ Cf. infra, 3. e 4..

Assim, ao longo do nosso estudo, tentaremos encontrar respostas para as seguintes questões: Como devem ser definidos os danos reflexos no nosso ordenamento jurídico? Os sofrimentos dos familiares da vítima de lesão corporal grave, tanto os que são qualificados como *préjudice d'affection*, como os que são designados por *préjudice d'accompagnement*, devem ser ressarcidos no nosso ordenamento jurídico? Se sim, com que fundamento e a favor de que familiares? Como devem ser qualificados esses danos (danos reflexos ou danos diretos/"próprios")? Tentaremos encontrar respostas para estas questões procedendo a uma análise das definições de dano em sentido jurídico e de dano não patrimonial avançadas pela nossa doutrina, analisando as definições de danos reflexos construídas por alguma doutrina estrangeira, e estudando as posições doutrinárias e jurisprudenciais que têm sido avançadas nalguns ordenamentos jurídicos estrangeiros e entre nós a propósito desta temática.

2. Dano, Danos Não Patrimoniais e Danos Reflexos

2.1 Conceito de Dano e de Danos Não Patrimoniais

A nossa lei não apresenta uma noção de dano, pelo que tem cabido à doutrina definir esse conceito, bem como as suas diferentes modalidades. Vamos por isso apresentar algumas das definições de dano que têm sido avançadas pela nossa doutrina.

Menezes Cordeiro define o dano como “a supressão ou diminuição de uma situação favorável, reconhecida ou protegida pelo Direito.”¹⁶. Menezes Leitão apresenta uma definição próxima desta última, considerando o dano “como a frustração de uma utilidade que era objecto de tutela jurídica.”¹⁷. Já Antunes Varela define o dano por referência a duas das suas modalidades basilares, o dano real, que consiste na “perda in natura que o lesado sofreu, em consequência de certo facto, nos interesses (materiais, espirituais ou morais) que o direito violado ou a norma infringida visam tutelar”; e o dano patrimonial, “o reflexo do dano real sobre a situação patrimonial do lesado”¹⁸. Por sua vez, Almeida Costa entende que o dano “é toda a ofensa de bens ou interesses alheios protegidos pela ordem jurídica”¹⁹. Para Ribeiro de Faria, “[o] dano é toda a perda causada em bens jurídicos, legalmente tutelados, de carácter patrimonial ou não”²⁰. Por fim, Sinde Monteiro entende que “[o] dano consiste numa lesão a

¹⁶ Cf. MENEZES CORDEIRO, Tratado de ..., II – Direito das Obrigações - Tomo III, cit., p. 511.

¹⁷ Cf. MENEZES LEITÃO, *Direito das...*, cit., p. 297.

¹⁸ Cf. ANTUNES VARELA, *Das Obrigações...*, Vol. I, cit., p. 598.

¹⁹ Cf. ALMEIDA COSTA, *Direito das Obrigações*, 12.ª ed., Almedina, 2009, p. 591.

²⁰ Cf. RIBEIRO FARIA, *Direito das Obrigações*, Primeiro Volume, Almedina, 1987, p. 480

um bem ou um interesse juridicamente protegido.”²¹

As definições dos dois primeiros autores referidos parecem acentuar a caracterização do dano como uma consequência, pois põem em relevo as vantagens ou as utilidades juridicamente protegidas que deixam de poder ser desfrutadas, enquanto as restantes configuram o dano como a deterioração de certos bens ou interesses juridicamente protegidos, ou seja, como um evento. No entanto, esta configuração do dano como um evento está necessariamente subjacente às definições dos dois primeiros autores, uma vez que a diminuição de vantagens ou a frustração de utilidades só se pode dar em consequência da lesão de um bem ou de um interesse. Por isso, apesar das diferenças entre as definições apresentadas, podemos retirar delas um ponto em comum: para que uma determinada perda seja tratada como um dano para o Direito, é necessário que a ordem jurídica atribua proteção ao bem ou ao interesse do sujeito que concretamente foi atingido/prejudicado.

Quanto à definição de danos não patrimoniais, é pacificamente entendido que se enquadram nesta categoria todas as consequências negativas que a lesão acarreta para o sujeito não avaliáveis em dinheiro, contrapondo-se aos danos patrimoniais por estes consistirem nas que são pecuniariamente avaliáveis. Assim, englobam-se na categoria dos danos não patrimoniais consequências como os desgostos, as dores, as angústias, os vexames, etc..^{22 23}. Tendo em conta essa caracterização, os sofrimentos dos familiares da vítima de lesão corporal grave, a constituírem danos em sentido jurídico, serão indubitavelmente classificados como danos não patrimoniais.

2.2 Danos Reflexos – Uma Primeira Aproximação

A lesão de um bem ou interesse jurídico de um sujeito pode acarretar consequências negativas não só para si próprio, como também para outros sujeitos que com ele tenham

²¹ Cf. SINDE MONTEIRO, *Rudimentos da responsabilidade civil*, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, Ano II, 2005, p. 377.

²² Nesse sentido, vide MENEZES CORDEIRO, *Tratado de ...*, II – Direito das Obrigações - Tomo III, cit., p. 511; MENEZES LEITÃO, *Direito das ...*, volume I, cit., p. 298; ANTUNES VARELA, *Das Obrigações ...*, Vol. I, cit., p. 601; ALMEIDA COSTA, *Direito das ...*, cit., 12.^a ed., p. 592; RIBEIRO FARIA, *Direito das ...*, Primeiro Volume, cit., p. 480; SINDE MONTEIRO, *Rudimentos da ...*, cit., pp. 377-378.

²³ É importante precisar que o que está em causa não é a natureza patrimonial ou não patrimonial da(o) situação favorável/utilidade/bem/interesse que é afetada(o), mas sim a natureza do próprio dano, pois a lesão de uma situação favorável/utilidade/bem/interesse não avaliável em dinheiro pode provocar perdas avaliáveis em dinheiro, como os gastos em tratamentos médicos do sujeito que é atingido na sua integridade física, sendo a inversa também verdadeira, como sucederá quando é destruído um objeto que tinha um grande significado afetivo para o seu proprietário - cf. PINTO MONTEIRO, *Sobre a reparação dos danos morais*, in *Revista Portuguesa de Dano Corporal*, N.º 1, 1.º ano, 1992, p. 18; CARNEIRO DA FRADA, *Direito Civil – Responsabilidade Civil – O método do Caso*, Almedina, 2006, pp. 91-92.

alguma especial ligação (seja económica, seja afetiva). O promotor de um espetáculo pode ter prejuízos patrimoniais consideráveis se o artista não puder atuar em virtude de ter sido atropelado²⁴; um clube de futebol pode ver-se privado de uma grande receita de transferências se um dos seus mais valiosos jogadores, também em consequência de um atropelamento, sofrer uma lesão prolongada ou definitiva²⁵; os familiares de um indivíduo que sofre uma lesão corporal grave em consequência de um acidente de viação certamente sofrerão uma dor imensa em virtude de tal situação, e, para além disso, poderão: ter de suportar as despesas médicas do lesado; ver-se forçados a abandonar a sua atividade profissional para cuidar do mesmo, caso o seu estado de saúde reclame assistência permanente; perder os alimentos que o lesado lhes prestava.

Em todos os casos descritos existe um facto que lesa diretamente a esfera jurídica de um sujeito, como o atropelamento que provoca as lesões físicas do artista, ou o acidente de viação que vitima um “homem de família”. No entanto, essa lesão que imediatamente resulta do facto lesivo origina perdas ou sofrimentos para outros sujeitos, que são assim, consequências mediatas desse facto lesivo. Tais consequências negativas são por vezes designadas como “danos de terceiro”²⁶. Porém, tendo em conta a amplitude dessa expressão, ela pode ser aplicada para designar outro tipo de danos, que não resultam de uma lesão anterior, como quando de um incumprimento contratual decorrem direta e imediatamente danos para a esfera de um sujeito que não é parte no contrato, e não em consequência de um dano produzido na esfera jurídica da parte não faltosa. Estamos a referir-nos aos casos que se incluem no âmbito da “liquidação do dano de terceiro” e aos casos abrangidos pela figura do “contrato com eficácia de proteção para terceiros”²⁷. A expressão “danos reflexos” ou “danos por ricochete” é, por isso, mais precisa para designar o tipo de danos referidos no parágrafo anterior, pois transmite a ideia de danos produzidos em consequência de um dano prévio. Para podermos precisar melhor os contornos desta figura, analisaremos, de forma sumária, como é que a

²⁴ Cf. ANTUNES VARELA, *Das Obrigações ...*, Vol. I, cit., p. 621.

²⁵ Cf. ISABEL MOUSINHO DE FIGUEIREDO, *Danos Mediatos e de Terceiro - Sobre Alguns Limites da Responsabilidade Civil*, Dissertação de Mestrado em Direito, Ciências Jurídicas, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2006, p. 36, nota 89.

²⁶ Cf. ISABEL MOUSINHO DE FIGUEIREDO, *Danos Mediatos ...*, cit., pp. 7-18, em especial pp. 8 e 17. Segundo esta autora, tais danos podem ainda ser inseridos numa categoria mais abrangente, os “danos em cascata”, que para além dos danos de terceiros, abrangeria também as situações de danos subsequentes ou mediatos causados na mesma esfera jurídica que sofre o dano mais direto ou imediato.

²⁷ Nos casos da liquidação do dano de terceiro, a parte não faltosa nem sequer sofre qualquer dano. Nos casos em que se aplica a figura do contrato com eficácia de proteção para terceiros, para além dos danos sofridos por um terceiro, o ilícito contratual também poderá implicar danos para a parte não faltosa, mas estes não são uma causa dos primeiros. Sobre a distinção entre as duas figuras, vide CARNEIRO DA FRADA, *Direito Civil...*, cit., pp. 97-100; JORGE MATTAMOUROS, *A Liquidação do Dano de Terceiro no Direito Civil Português*, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, Ano III, 2006, p. 319.

mesma tem sido definida noutros ordenamentos jurídicos.

2.3 A Definição de Danos Reflexos nos Ordenamentos Jurídicos Francês, Italiano e Espanhol

A designação danos reflexos deriva da expressão *dommage par ricochet* da doutrina e da jurisprudência francesas, que pretende designar os prejuízos sofridos por uma terceira vítima em consequência do dano corporal que atinge diretamente a vítima imediata²⁸. São abrangidos nessa categoria, por isso, os prejuízos sofridos pelos sujeitos que têm uma relação afetiva ou de interesse económico com a vítima imediata que se mostre perturbada pelo dano sofrido pela mesma²⁹. No entanto, no ordenamento jurídico francês a relevância da categoria dos danos reflexos prende-se sobretudo com os danos patrimoniais e não patrimoniais sofridos pelos sujeitos que têm uma relação de afetividade com a vítima imediata, já que a sua ressarcibilidade é amplamente admitida na jurisprudência, mediante a verificação de certos pressupostos³⁰, ao contrário dos danos sofridos pelos sujeitos ligados à vítima inicial por um interesse económico, cuja ressarcibilidade suscita muitas reservas aos tribunais³¹.

Na doutrina italiana, Massimo Franzoni define o *danno riflesso* o *di rimbalzo* como o prejuízo sofrido por uma pessoa diferente da vítima primária do ilícito, ou seja, como as repercussões negativas que um facto ilícito provoca na esfera jurídica de um sujeito diverso daquele que, em via direta, foi por ele atingido; no entanto, apenas ilustra tal definição com exemplos relativos a consequências negativas sofridas por familiares em consequência da lesão corporal da vítima primária³². Germana Loffari dá-nos conta que Petti configura o *danno riflesso* com esse mesmo sentido, já que o define como o “prejuízo, patrimonial ou não patrimonial, que um terceiro sofre como reflexo-consequência do dano sofrido pela vítima

²⁸ Cf. YVONNE LAMBERT-FAIVRE, *Droit du...*, cit., p. 275. No mesmo sentido, vide FRANÇOIS TERRÉ/PHILIPPE SIMLER/YVES LEQUETTE, *Droit Civil...*, cit., p. 725; GENEVIÈVE VINEY/PATRICE JOURDAIN, *Traité de Droit Civil - Les Conditions de La Responsabilité*, 2^e édition, Sous la direction de Jacques Ghestin, L.G.D.J., 1988.

²⁹ Cf. GENEVIÈVE VINEY/PATRICE JOURDAIN, *Traité de ...*, cit., p. 128. No mesmo sentido, vide FRANÇOIS TERRÉ/PHILIPPE SIMLER/YVES LEQUETTE, *Droit Civil...*, cit., pp. 725-726. Quanto aos prejuízos sofridos pelos “terceiros pagadores”, aquelas entidades que têm de realizar prestações a favor da vítima imediata, como uma seguradora ou a Segurança Social, já não é rigoroso qualificá-los como danos reflexos, uma vez que a Loi Badinter estabeleceu que tais entidades apenas podem exigir uma indemnização ao lesante em via subrogatória – cf. YVONNE LAMBERT-FAIVRE, *Droit du ...*, cit., p. 281, GENEVIÈVE VINEY/PATRICE JOURDAIN, *Traité de ...*, cit., pp. 137-139.

³⁰ Cf. YVONNE LAMBERT-FAIVRE, *Droit du ...*, cit., pp. 275-304; GENEVIÈVE VINEY/PATRICE JOURDAIN, *Traité de ...*, cit., pp. 128-150; FRANÇOIS TERRÉ/PHILIPPE SIMLER/YVES LEQUETTE, *Droit Civil...*, cit., pp. 725-728.

³¹ Cf. GENEVIÈVE VINEY/PATRICE JOURDAIN, *Traité de ...*, cit., pp. 135-136.

³² Cf. MASSIMO FRANZONI, *Trattato Della Responsabilità Civile - Il Danno Risarcibile*, II, Seconda edizione, Giuffrè Editore, 2010, pp. 71-73.

primária”³³.

Quanto à doutrina espanhola, Juan Antonio Martínez qualifica como daños indirectos, reflejos o por rebote, os danos sofridos pelos sujeitos que estão ligados ao lesado imediato por relações familiares ou profissionais, em consequência do dano a este causado³⁴.

2.4 Os Danos Reflexos no Ordenamento Jurídico Português – Ressarcibilidade e Conceito

No âmbito da responsabilidade aquiliana, a nossa doutrina maioritária extrai da cláusula geral de responsabilidade civil que consta do artigo 483.º, n.º 1 do Código Civil a regra segundo a qual apenas os danos do sujeito que sofre uma lesão num direito subjetivo absoluto ou num interesse abrangido por uma norma de proteção da sua esfera jurídica poderão ser indemnizados³⁵. Assim, o requisito da ilicitude tem de se verificar direta e individualmente perante o sujeito que reclama a indemnização, não bastando que, em consequência de uma lesão nos direitos subjetivos ou nos interesses abrangidos por uma norma de proteção de um outro indivíduo com o qual se encontra especialmente ligado, o primeiro acabe também por ser, de alguma forma, prejudicado. Por isso, aqueles terceiros que, apesar de não sofrerem qualquer lesão nos direitos subjetivos ou nos interesses abrangidos por uma norma de proteção de que eles próprios são titulares, também sofrem com a prática do facto ilícito, de forma mediata, danos patrimoniais ou não patrimoniais, só poderão ser indemnizados se a lei estabelecer expressamente a ressarcibilidade de tais danos (caso em que serão verdadeiros danos em sentido jurídico)³⁶. Assim, em regra, aqueles danos que em França, Itália e Espanha

³³ Cf. GERMANA LOFFARI, *L'Invalidazione del familiare nella sfera esistenziale*, in Trattato Breve Dei Nuovi Danni – Il risarcimento del danno esistenziale: aspetti civili, penali, medico legali, processuali, a cura di Paolo Cendon, Volume II, Cedam, 2001, p. 1321.

³⁴ Cf. JUAN ANTONIO MORENO MARTÍNEZ, Daños Indirectos en Familiares y Terceros por Causa de Lesiones, Aranzadi, 2012, pp. 15 e 25.

³⁵ Para além dessas situações básicas, a ilicitude também se poderá fundar noutras formas específicas previstas na lei, como o abuso de direito (artigo 334º do Código Civil), a responsabilidade por ofensa do crédito ou do bom nome (artigo 484º do Código Civil), ou a responsabilidade por conselhos, recomendações ou informações (artigo 485.º do Código Civil) - Cf. ANTUNES VARELA, *Das Obrigações...*, Vol. I, cit., pp. 544-551; ALMEIDA COSTA, *Direito das...*, cit., pp. 564-566; MENEZES LEITÃO, *Direito das...*, volume I, cit., pp. 266-272.

³⁶ Neste sentido, vide ANTUNES VARELA, *Das Obrigações...*, Vol. I, cit., pp. 620-625; ANTUNES VARELA, Anotação ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 23 de maio de 1985, in Revista de Legislação e de Jurisprudência, 123.º ano, n.º 3798, p. 281; RIBEIRO DE FARIA, *Direito das...*, Primeiro Volume, cit., pp. 525-529; ALMEIDA COSTA, *Direito das...*, cit., pp. 607-609; MENEZES LEITÃO, *Direito das...*, volume I, cit., pp. 365-366. Entendendo que o artigo 483.º, n.º 1 do Código Civil também permite o ressarcimento de danos correspondentes a direitos de crédito, ou a posições relativas, em geral, vide MENEZES CORDEIRO, Tratado de Direito Civil, II – Direito das Obrigações – Tomo I - Introdução, Sistemas e Direito Europeu das Obrigações, Dogmática Geral, Almedina, 2009, pp. 399-407; MENEZES CORDEIRO, *Tratado de...*, II – Direito das Obrigações – Tomo III, cit., p. 733; SANTOS JÚNIOR, Da Responsabilidade Civil de Terceiro por

são considerados como danos reflexos não são indemnizáveis no nosso ordenamento jurídico. No entanto, existem normas que excecionalmente permitem a ressarcibilidade de alguns desses danos, que, segundo a nossa doutrina, são as que se encontram ínsitas nos artigos 495.º e 496.º, n.º 4 do Código Civil. Assim, consideram-se ressarcíveis as perdas patrimoniais das pessoas ou entidades que asseguraram ou asseguram o tratamento e a assistência da vítima, quer em caso de morte, quer em caso de simples lesão corporal, bem como as despesas com o funeral da mesma (cf. n.ºs 1 e 2 do artigo 495.º do Código Civil). Os sujeitos que eram credores de alimentos do lesado (ainda que a título de uma obrigação natural) e que perdem esse crédito por aquele falecer ou ficar impossibilitado de cumprir as suas obrigações de prestar alimentos, em virtude de lesão incapacitante, também têm direito a uma indemnização (cf. artigo 495.º, n.º 3 do Código Civil). Consideram-se ainda indemnizáveis os danos não patrimoniais sofridos por certos familiares da vítima nos casos em que esta falece em consequência da lesão (cf. artigo 496.º, n.º 4³⁷, em conjugação com o n.º 2, do Código Civil), nada se prevendo quanto à ressarcibilidade de tais danos nos casos de lesão corporal grave, tal como já se referiu supra, em 1.^{38 39}.

Cremos que esta orientação doutrinária se revela acertada face ao nosso quadro legislativo. De facto, a nossa cláusula geral que prevê a responsabilidade civil por factos ilícitos não é tão ampla como as dos ordenamentos jurídicos francês, italiano, ou espanhol⁴⁰, nas quais a doutrina e jurisprudência desses países fundamentam a ressarcibilidade deste tipo de danos, que basicamente estatuem que quem, de forma culposa, causar a outrem um dano, deve indemnizá-lo⁴¹, uma vez que faz depender a obrigação de indemnizar da violação de um direito ou de uma norma de proteção que tutele interesses do sujeito que sofre os danos,

Lesão do Direito de Crédito, Almedina, 2003, pp. 437 e s.; ISABEL MOUSINHO DE FIGUEIREDO, Danos *Mediatos*..., cit., pp. 30 e s..

³⁷ Tendo em conta a solução que adotaremos infra em 6. para o problema dos danos não patrimoniais dos familiares da vítima de lesão corporal grave, não concordamos com a classificação como danos reflexos dos danos não patrimoniais dos familiares nos casos de morte, referidos nesta norma, antes os consideramos danos diretos.

³⁸ Ibid.

³⁹ Cumpre referir que, quanto à indemnização relacionada com o tratamento e assistência da vítima, prevista no artigo 495.º, n.ºs 1 e 2 do Código Civil, Antunes Varela entende que os hospitais (e outros sujeitos) não sofrem um dano ao prestarem esses cuidados, pelo que tais normas referem-se a uma parcela do dano sofrido pelo lesado, conferindo aos hospitais o direito de exigirem diretamente ao lesante essa parte da indemnização, com o intuito de estimular o tratamento e a assistência da vítima – cf. ANTUNES VARELA, Anotação ao Parecer da Procuradoria-Geral da República de 31 de outubro de 1969, in *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, 103.º ano, n.º 3421, pp. 251-252. Assim, para este autor não existe aqui propriamente “uma exceção à regra que apenas manda indemnizar os danos ligados ao interesse jurídico directamente atingido pela lesão, mas sim à regra de que só o lesado goza do direito de exigir a indemnização”- cf. ANTUNES VARELA, *Das Obrigações*..., Vol. I, cit., p. 622, nota 1.

⁴⁰ No mesmo sentido, vide CARNEIRO DA FRADA, *Direito Civil*..., cit., p. 72.

⁴¹ Cf. infra, 3.1, 3.2 e 3.3.

aproximando-se por isso, nesta matéria, do § 823., secção 1 do BGB, sendo certo que na Alemanha também não se admite a ressarcibilidade em geral dos danos reflexos, mas apenas nos casos excecionalmente previstos na lei⁴². Outro argumento a favor desta tese consiste no facto de o nosso Código Civil, na mesma subsecção da responsabilidade civil por factos ilícitos, mais concretamente no artigo 495.º, qualificar certos danos de terceiros não titulares de nenhum direito subjetivo ou interesse abrangido por uma norma de proteção atingido pela conduta do agente como indemnizáveis, tal como já referimos supra. Se tais danos fossem ressarcíveis em regra ao abrigo do disposto no artigo 483º, n.º 1, o legislador não necessitaria de estabelecer tais disposições específicas⁴³.

Tendo em conta as definições supra mencionados em 2.2⁴⁴, bem como aquele dado do nosso ordenamento jurídico acabado de referir, que não pode ser ignorado, podemos definir os danos reflexos como as consequências negativas, de índole patrimonial ou não patrimonial, que o dano sofrido por um sujeito causa em certos interesses de outros sujeitos, que com o primeiro têm uma relação de carácter económico/profissional ou afetivo, sem que se verifique qualquer lesão de um direito subjetivo ou de um interesse abrangido por uma norma de proteção da esfera jurídica desses outros sujeitos⁴⁵. Com base naquelas noções jurídicas de dano que referimos supra em 2.1, tais danos reflexos só constituirão danos em sentido jurídico se pudermos extrair da ordem jurídica a tutela dos interesses desses terceiros que são concretamente afetados⁴⁶.

⁴² Cf. infra, 3.4

⁴³ Cf., nesse sentido, Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 04/04/1991, in Colectânea de Jurisprudência, Tomo II, pp. 254 e s., e Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 17/09/2009 (Processo n.º 292/1999), disponível em www.dgsi.pt.

⁴⁴ Entre nós, podemos intuir que uma noção semelhante às dos autores estrangeiros referidos supra em 2.2 está subjacente à análise que Abrantes Geraldês faz sobre a temática dos danos reflexos – Cf. ABRANTES GERALDES, *Temas da ...*, II Volume, cit., pp. 9-22.

⁴⁵ Ocorrendo a violação de um direito subjetivo ou de um interesse abrangido por uma norma de proteção desses outros sujeitos, existirão dois ou mais danos-evento, cada um numa esfera jurídica diferente, e não apenas um dano-evento, que produz danos-consequência para duas ou mais esferas jurídicas diferentes. Sendo a violação de um direito absoluto e o incumprimento de uma norma de proteção de interesses alheios as duas situações básicas de ilicitude do nosso ordenamento jurídico, cremos que não seria congruente considerar os danos que possam diretamente decorrer das mesmas como danos reflexos, e não diretos, ainda que exista algum dano anterior com uma ligação causal juridicamente relevante com essa nova lesão ilícita.

⁴⁶ De acordo com esta definição de danos reflexos, os danos patrimoniais abrangidos pela mesma incluem-se também na categoria dos “danos patrimoniais puros” ou “danos económicos puros”, que são “aqueles em que há uma perda económica (ou patrimonial) sem que tenha existido prévia lesão de uma posição jurídica absolutamente protegida (v.g. um direito de personalidade ou um direito real)” - cf. CARNEIRO DA FRADA/MARIA JOÃO PESTANA DE VASCONCELOS, Danos Económicos Puros - Ilustração de uma Problemática, in Estudos em Homenagem ao Doutor Marcello Caetano - No Centenário do seu Nascimento, Coimbra Editora, 2006, p. 155; no mesmo sentido, vide SINDE MONTEIRO, Responsabilidade por Conselhos, Recomendações ou Informações, Almedina, 1989, p. 187. No entanto, nem todos os danos económicos puros se podem considerar como danos reflexos, uma vez que os primeiros nem sempre surgem como uma consequência

CAPÍTULO II – OS DANOS NÃO PATRIMONIAIS DOS FAMILIARES DA VÍTIMA DE LESÃO CORPORAL GRAVE NOUTROS ORDENAMENTOS JURÍDICOS

3. A Questão nos Ordenamentos Jurídicos Francês, Italiano, Espanhol, Alemão e Norte-Americano

Antes de avançarmos para a análise das posições doutrinárias e jurisprudenciais que entre nós têm sido defendidas quanto à questão dos danos não patrimoniais dos familiares nos casos de lesão corporal grave, analisaremos, de forma sumária, como é que essa questão tem sido abordada nos ordenamentos jurídicos francês, italiano, espanhol, alemão e norte-americano.

3.1 Ordenamento Jurídico Francês

Nos sistemas jurídicos romano-germânicos, a doutrina e jurisprudência francesas foram provavelmente pioneiras na análise da temática dos danos reflexos dos familiares de vítima de lesão corporal ou mortal, sendo neste ordenamento jurídico que a mesma assume uma maior relevância e acuidade. Já em 1939, H. Mazeaud e L. Mazeaud defendiam o direito à indemnização por danos morais reflexos, mas só relativamente aos familiares da vítima, podendo apenas esse direito ser exercido pelo familiar mais próximo, e em nome de todos⁴⁷. No entanto, a jurisprudência francesa foi evoluindo no sentido de não exigir a existência desse laço familiar para atribuir a indemnização por danos reflexos, exigindo apenas a existência de uma relação de afetividade, como acontece nas uniões de facto⁴⁸.

Inicialmente, os tribunais franceses apenas atribuíam indemnizações por danos reflexos aos familiares nos casos de morte da vítima primária. Estava em causa, quanto aos danos não patrimoniais, o já referido préjudice *d'affection*, isto é, a dor ou sofrimento psicológico provocado pela morte de um ente querido^{49 50}. Porém, desde cedo a jurisprudência passou a

da lesão de outro sujeito, como sucede por exemplo no caso dos prejuízos sofridos por quem adquire participações sociais de uma sociedade com base numa auditoria deficiente - Cf. CARNEIRO DA FRADA, Uma «Terceira Via» no Direito da Responsabilidade Civil?, 1997, Almedina, pp. 36-61; CARNEIRO DA FRADA/MARIA JOÃO PESTANA DE VASCONCELOS, *Danos Económicos...*, cit., pp. 167-168.

⁴⁷ Cf. ABRANTES GERALDES, *Temas da...*, II Volume, cit., p. 54, nota 77.

⁴⁸ Cf. GENEVIÈVE VINEY/PATRICE JOURDAIN, *Traité de ...*, cit., pp. 132-135; ABRANTES GERALDES, *Temas da...*, II Volume, cit., p. 54; SANTOS JÚNIOR, *Da Responsabilidade...*, cit., p. 240, nota 795.

⁴⁹ Cf. supra, 1.; JUAN ANTONIO MORENO MARTÍNEZ, *Daños Indirectos...*, cit., pp. 23-24 e 34; ABRANTES GERALDES, *Temas da...*, II Volume, cit., pp. 54-55, nota 80; YVONNE LAMBERT-FAIVRE,

reconhecer a ressarcibilidade dos danos reflexos também nos casos em que a vítima inicial sobrevivia ao evento lesivo, ficando, no entanto, a padecer de lesões corporais graves. Relativamente aos danos não patrimoniais, para além do préjudice *d'affection*, os tribunais franceses entenderam que tais situações implicavam também um préjudice *d'accompagnement* para os familiares, ou seja, um sofrimento derivado da perturbação da sua vida quotidiana⁵¹. Exigiam, porém, quanto à compensação dos danos não patrimoniais reflexos (não quanto à dos danos patrimoniais reflexos), nesses casos de sobrevivência da vítima inicial, a verificação de uma certa excecionalidade do dano⁵². Atualmente, já nem esse requisito de excecionalidade é exigido, equiparando-se os danos reflexos patrimoniais aos não patrimoniais, uma vez que o artigo 1382.º do Code Civil não faz qualquer distinção entre danos patrimoniais e não patrimoniais⁵³.

De facto, a indemnização por danos reflexos no ordenamento jurídico francês pode fundamentar-se diretamente na sua cláusula geral de previsão da responsabilidade civil, o referido artigo 1382.º do Code Civil. Isto devido à grande abrangência e pouca concretização dos termos deste preceito, que basicamente estatui que aquele que causar culposamente a outrem um dano é obrigado a indemnizá-lo. No entanto, apesar desta cláusula geral tão abrangente, a doutrina e a jurisprudência francesas ainda estabelecem certos requisitos, meramente orientadores, para que se possa atribuir uma indemnização por danos reflexos: os danos reflexos invocados têm de ser pessoais (para os distinguir dos direitos dos familiares como sucessores, bem como dos danos diretos da vítima primária), diretos (o que permite afastar a ressarcibilidade dos danos que, para além do facto/acidente, têm uma outra causa exterior ao mesmo, como seja uma relação contratual ou estatutária), certos (para afastar danos meramente hipotéticos, como quando não existe uma relação de concubinação estável,

Droit du..., cit., pp. 295-298; FRANÇOIS TERRÉ/PHILIPPE SIMLER/YVES LEQUETTE, *Droit Civil...*, cit., pp. 725-728.

⁵⁰ Yvonne Lambert-Faivre considera que o *préjudice d'affection* não pode ser compensado através do dinheiro. A autora defende que, nas situações de morte do lesado, o que pode ser compensado é o *préjudice d'accompagnement*, tal como sucede nas situações de lesão corporal grave, isto é, a “perturbação das condições de existência” dos familiares em consequência da morte do lesado – cf. YVONNE LAMBERT-FAIVRE, *Droit du...*, cit., p. 296.

⁵¹ Cf. supra 1.; YVONNE LAMBERT-FAIVRE, *Droit du...*, cit., pp. 298-300; JUAN ANTONIO MORENO MARTÍNEZ, *Daños Indirectos...*, cit., p. 34; ABRANTES GERALDES, *Temas da ...*, II Volume, cit., p. 54-55, nota 80.

⁵² A exigência desse requisito era conforme ao disposto no n.º 13 da resolução do Conselho da Europa 75/7, de 14 de março de 1975: “O pai, a mãe e o cônjuge da vítima que, em razão, duma ofensa à integridade física ou mental desta, tiverem sofrimentos psíquicos, não podem obter reparação deste dano a não ser em presença de sofrimentos de carácter excecional; outras pessoas não podem pretender uma tal reparação.”

⁵³ Cf. GENEVIÈVE VINEY/PATRICE JOURDAIN, *Traité de...*, cit., pp. 139-142; FRANÇOIS TERRÉ/PHILIPPE SIMLER/YVES LEQUETTE, *Droit Civil...*, cit., pp. 727-728; VON BAR, *The Common European Law of Torts*, Volume Two, Oxford University Press, 1998, p. 190, nota 1155.

identificando-se, normalmente, essa estabilidade com a comunhão de residência), e a sua reclamação tem de ser “lícita” (para que uma relação de concubinação adúltera não dê origem a uma indemnização por danos reflexos, uma vez que o adultério constitui um ilícito civil; no entanto, a exigência deste último requisito não é unânime).⁵⁴

3.2 Ordenamento Jurídico Italiano

O Codice Civile também contém uma cláusula geral de previsão da responsabilidade civil ampla: nos termos do artigo 2043º, quem, dolosa ou culposamente, causar um dano injusto a outrem, é obrigado a indemnizá-lo. No entanto, a Corte Costituzionale já considerou, na sentença de 27/10/1994, que os danos reflexos do cônjuge da vítima primária não são ressarcíveis ao abrigo do artigo 2043.º do Codice Civile, uma vez que tal resultado danoso não era previsível para o autor do facto, pelo que este não teria tido culpa na sua produção⁵⁵. No entanto, tal orientação não tem sido defendida pela Corte di Cassazione. Para este tribunal, o Direito positivo italiano não contém o princípio segundo o qual o autor do facto ilícito apenas está obrigado a ressarcir os danos provocados ao sujeito imediatamente lesado pela sua ação, e não os danos que tal ação também provoca nos familiares do lesado (ou em qualquer terceiro que tenha com o lesado uma particular relação jurídica que justifique a existência de danos na sua esfera jurídica própria por força da lesão deste último). Assim, na ausência de uma norma expressa sobre danos reflexos, os mesmos devem considerar-se abrangidos pela previsão do artigo 2043.º do Codice Civile, sendo a sua ressarcibilidade analisada à luz das regras gerais⁵⁶.

Porém, a ressarcibilidade dos danos não patrimoniais sofridos pelos familiares do lesado nos casos de morte e de lesão corporal grave depara-se com uma dificuldade no ordenamento jurídico italiano, comum a quaisquer danos não patrimoniais, mesmo os sofridos pelo lesado imediato. Tal dificuldade decorre do artigo 2059.º do Codice Civile, segundo o qual os danos não patrimoniais só são indemnizáveis nos casos expressamente previstos na lei, o que apenas acontece no artigo 185.º do Codice Penale, que estabelece, de forma genérica, que o autor do crime é responsável pelos danos patrimoniais e não patrimoniais que a conduta criminosa

⁵⁴ Cf. YVONNE LAMBERT-FAIVRE, *Droit du ...*, cit., pp. 275-284; JUAN ANTONIO MORENO MARTÍNEZ, *Daños Indirectos...*, cit., pp. 23-27.

⁵⁵ Cf. MARCO ROSSETI, *Il danno da lesione dalla salute: biológico, patrimoniale, morale*, CEDAM, 2001, pp. 713-714.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 715.

provoca⁵⁷. Assim, apenas quando a conduta do lesante constituísse um crime poderia o lesado exigir uma indemnização por danos não patrimoniais. Para ladear as injustiças que tal regime restritivo em matéria de compensação de danos não patrimoniais pode implicar no caso concreto, os juristas italianos desenvolveram o estudo de duas categorias de danos, o dano biológico, traduzido numa ofensa à integridade física ou psíquica do sujeito⁵⁸, e o dano existencial, que se traduz “ (...) nas alterações registadas na vida quotidiana dos lesados, em virtude de estes ficarem impedidos, na sequência da prática do facto lesivo, de se relacionarem e inter-agirem no plano comunitário nos termos em que o faziam até esse momento”, implicando, por isso, de acordo com Cendon, “(...) uma renúncia forçada a momentos de felicidade quotidiana, e uma diminuição da qualidade de vida”^{59 60}. Tendo em conta essa grande amplitude com que a categoria dos danos existenciais é definida, a doutrina italiana tem considerado que a mesma pode ser aplicada a situações muito variadas, como por exemplo “às restrições que o sujeito tem de suportar na qualidade da sua vida em virtude de lesões no seu substrato biológico, como quando fica a não poder andar mais, não ver mais, não ouvir mais ou não sentir mais”; ou “às perturbações na vida das pessoas causadas por emissões várias – fumos, ruídos, trepidações, mas também derivadas da instalação de campos electromagnéticos (redes eléctricas ou de telecomunicações)”⁶¹.

Os autores italianos defensores da categoria dos danos existenciais entendem que a mesma não se confunde com a dos danos patrimoniais, uma vez que aquela apenas põe em relevo a existência de um relacionamento diferente, menos prazeroso, com as pessoas e com os objetos⁶². Por outro lado, consideram também que os danos existenciais não se confundem com os danos morais, uma vez que, no âmbito dos primeiros, não se inclui a “melancolia, os lamentos noturnos, nem as almofadas molhadas de lágrimas”, mas tão só “um diverso fazer e

⁵⁷ Cf. ALBUQUERQUE MATOS, *Responsabilidade Civil por Ofensa ao Crédito ou ao Bom Nome*, Almedina, 2011, pp. 573-574.

⁵⁸ Ibid., pp. 577-579. Vide também MARIA DA GRAÇA TRIGO, *Adopção do Conceito de “Dano Biológico” pelo Direito Português*, in *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 72, Jan./Mar. 2012, pp. 147-151, 163-166. Esta categoria de dano será melhor analisada infra, em 5.1.

⁵⁹ Cf. ALBUQUERQUE MATOS, *Responsabilidade Civil ...*, cit., p. 586. Vide, no mesmo sentido, GERMANA LOFFARI, *L’Invalidazione del familiare ...*, cit., p. 1324. Esta categoria de danos também será analisada mais detalhadamente infra, em 5.2.

⁶⁰ Daí que alguma doutrina também designe este tipo de danos como danos na vida de relação - cf. ALBUQUERQUE MATOS, *Responsabilidade Civil ...*, cit., p. 586, nota 1050.

⁶¹ Cf. CARNEIRO DA FRADA, *Nos 40 anos do Código Civil Português – Tutela da Personalidade e Dano Existencial*, in *Themis, Código Civil Português – Evolução e perspectivas actuais – Edição especial de 2008*, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*, pp. 51-53.

⁶² Cf. CENDON, *Non di Sola Salute Vive L’Uomo*, in *Non di e Danno – II – Lo Statuto del Danno Biologico – Diritto e Follia – La Disciplina Del Danno Esistenziale*, a cura di Paolo Cendon, con la collaborazione di Enrico Pasquinelli, Giuffrè Editore, 2004, p. 1652.

dever fazer (ou um não poder fazer), um outro modo do sujeito relacionar-se com o mundo externo”⁶³, em consequência do facto lesivo. O dano existencial é assim configurado como uma “«lesão em si mesma», ou seja, a única e exclusiva consequência da prática do facto lesivo”⁶⁴. Por isso, a restrição do artigo 2059.º do Codice Civile não se aplicaria ao dano existencial, podendo o mesmo ser ressarcido ainda que não existisse um ilícito criminal⁶⁵.

De acordo com esta construção jurídica, a jurisprudência italiana e alguns autores têm considerado os danos sofridos pelos familiares próximos do lesado (os conviventes) em caso de morte ou de lesão corporal grave como danos existenciais, ressarcíveis. Isto porque tal lesão também implica modificações no quotidiano desses familiares e uma diminuição da sua qualidade de vida, uma vez que perdem o lesado (em caso de morte), ou deixam de poder relacionar-se com ele e com o mundo externo nos mesmos moldes em que o faziam antes de aquele sofrer a lesão corporal grave (o que traduz uma violação do seu “direito à serenidade familiar”⁶⁶): um familiar pode ter de prestar assistência permanente ao lesado, o relacionamento sexual entre os cônjuges pode ficar comprometido...^{67 68} Para além disso, tendo em conta esta configuração como danos existenciais, tais danos passaram a ser considerados pela jurisprudência como danos sofridos de forma direta pelos familiares da vítima, e já não como danos reflexos⁶⁹.

3.3 Ordenamento Jurídico Espanhol

No ordenamento jurídico espanhol, o artigo 113.º do Código Penal prevê expressamente a ressarcibilidade dos danos reflexos que derivam de factos ilícitos criminais, tanto os que são sofridos por familiares da vítima, como por terceiros em geral. Porém, mesmo nos casos de responsabilidade civil que não derivam de um ilícito criminal, o Tribunal Supremo tem considerado que, ao abrigo da cláusula geral de previsão da responsabilidade civil do Código Civil, constante do artigo 1902.º - que, à semelhança do artigo 1382.º do Code Civil, estatui

⁶³ Ibid.

⁶⁴ Cf. ALBUQUERQUE MATOS, *Responsabilidade Civil*..., cit., p. 588.

⁶⁵ Cf. CENDON, *Non di*..., cit., p. 1653.

⁶⁶ Cf. JUAN ANTONIO MORENO MARTÍNEZ, *Daños Indirectos*..., cit., p. 30, nota 40.

⁶⁷ Cf. ALBUQUERQUE MATOS, *Responsabilidade Civil* ..., cit., pp. 594-596; CARNEIRO DA FRADA, *Nos 40 anos*..., cit., pp. 52 e 56-57; CENDON, *Non di*..., cit., pp. 1650-1651; GERMANA LOFFARI, *L'Invalidazione* ..., cit., pp. 1320-1323.

⁶⁸ Assim, ao abrigo da categoria dos danos existenciais, os autores e a jurisprudência italiana consideram ressarcíveis o mesmo tipo de sofrimentos que a doutrina e os tribunais franceses incluem no préjudice *d'accompagnement* – cf. supra, 1. e 3.1.

⁶⁹ Cf. ALBUQUERQUE MATOS, *Responsabilidade Civil* ..., cit., pp. 594-595; GERMANA LOFFARI, *L'Invalidazione* ..., cit., p. 1322.

que aquele que causar culposamente a outrem um dano é obrigado a indemnizá-lo -, podem considerar-se lesados todos aqueles que, em virtude das relações familiares ou económicas que mantêm ou mantinham com o lesado imediato, possam ser prejudicados em consequência do facto danoso sofrido por aquele. No entanto, tal como em França, também em Espanha a ressarcibilidade dos danos reflexos tem sido mais vezes reconhecida quando estão em causa danos sofridos pelos familiares do lesado imediato⁷⁰.

Nos casos de lesões corporais graves decorrentes de acidentes rodoviários, a Ley n.º 30/95 de 8 de noviembre de 1995, prevê expressamente a ressarcibilidade dos danos reflexos não patrimoniais sofridos pelos familiares derivados da alteração substancial da sua vida e do seu convívio com o lesado, por força dos cuidados e da assistência contínua que podem ter de lhe prestar⁷¹, ou seja, os danos que em França se traduzem no *préjudice d'accompagnement*, e que em Itália se consideram indemnizáveis por aplicação da categoria dos danos existenciais⁷². Porém, em qualquer situação de lesão corporal grave, decorrente ou não de um acidente de aviação, para além desse dano não patrimonial, os tribunais espanhóis também consideram ressarcível o prejuízo de aflicción, isto é, a dor ou o sofrimento psicológico que a lesão corporal grave de um sujeito provoca nos seus familiares⁷³.

Como facilmente se percebe, a influência da doutrina e jurisprudência francesas em Espanha quanto a esta temática foi muito forte, o que também é refletido pela similitude da evolução jurisprudencial quanto ao reconhecimento da ressarcibilidade dos danos reflexos não patrimoniais dos familiares da vítima de lesão corporal grave entre os dois países. De facto, também em Espanha os tribunais (após a sentença de 22 de outubro de 1946 do Tribunal de Casación) começaram por admitir a ressarcibilidade dos danos não patrimoniais dos familiares nos casos de lesão corporal grave apenas quando tais danos revestissem um carácter de excepcionalidade. Porém, os tribunais espanhóis, a partir das sentenças de 23/05/1977 e 01/03/1978 do Tribunal de Casación, também deixaram de aplicar tal critério, exigindo apenas que os danos dos familiares fossem certos, diretos e pessoais^{74 75}.

⁷⁰ Cf. JUAN ANTONIO MORENO MARTÍNEZ, *Daños Indirectos...*, cit., pp. 18-20, 30.

⁷¹ Ibid., pp. 20-21.

⁷² Cf. supra, 3.1 e 3.2.

⁷³ Cf. JUAN ANTONIO MORENO MARTÍNEZ, *Daños Indirectos...*, cit., p. 23-24, 34-36; ABRANTES GERALDES, *Temas da...*, II Volume, cit., pp. 56-58.

⁷⁴ Ou seja, os mesmos requisitos que a jurisprudência francesa também entende que se devem verificar, faltando apenas o requisito da licitude, cuja exigência, como referimos, não é unânime- cf. supra 3.1.

⁷⁵ Cf. JUAN ANTONIO MORENO MARTÍNEZ, *Daños Indirectos...*, cit., pp. 22-23.

3.4 Ordenamento Jurídico Alemão

A cláusula de previsão da responsabilidade civil do BGB não é ampla como a dos códigos civis dos ordenamentos jurídicos analisados até agora. Nos termos do § 823, I, existirá obrigação de indemnizar se um sujeito, de forma dolosa ou negligente, ilicitamente lesar a vida, o corpo, a saúde, a liberdade, a propriedade ou outro direito de outra pessoa, causando-lhe danos. Assim, em princípio, só existirá uma obrigação de indemnizar caso se verifique a violação de um direito do sujeito que sofre os danos. No entanto, nos §§ 844 e 845, prevê-se a ressarcibilidade de certos danos patrimoniais reflexos (em princípio de familiares) que podem derivar da morte ou da lesão corporal grave de um sujeito. Já a ressarcibilidade dos danos não patrimoniais reflexos dos familiares da vítima (quer em caso de morte, quer em caso de lesão corporal grave) não é legalmente prevista⁷⁶.

De facto o § 844 do BGB apenas prevê o ressarcimento das despesas com o funeral da vítima, bem como uma indemnização para os sujeitos relativamente aos quais a mesma estava legalmente obrigada a prestar alimentos, pelo valor dos mesmos, calculado até à altura em que, presumivelmente, a sua vida terminaria, não fora a conduta ilícita do lesante⁷⁷. Já no § 845 do BGB prevê-se que, tanto nos casos de morte, como de lesão corporal, o lesante deve indemnizar aqueles sujeitos relativamente aos quais o lesado estava legalmente obrigado a prestar serviços de índole doméstica/familiar ou profissionais. A aplicação desta última norma é estatisticamente mais rara do que a primeira e verifica-se, sobretudo, nos casos de morte ou de lesão corporal de crianças ou jovens. Isto porque o § 1619 do BGB estabelece que aqueles, enquanto pertencerem ao seio familiar dos seus pais e forem por eles sustentados, devem prestar-lhes serviços domésticos e no negócio que os mesmos eventualmente detenham^{78 79}.

Tendo em conta este quadro legislativo, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal Alemão (“Der Bundesgerichtshof”) tem-se mantido constante quanto à questão dos danos não patrimoniais dos familiares próximos do lesado, quer nos casos de morte, quer nos casos

⁷⁶ Cf. VON BAR, *The Common...*, Volume Two, cit., p. 189.

⁷⁷ A obrigação legal tem de existir aquando da lesão. Assim, se um casal casa depois de um dos seus membros ter sofrido uma lesão que, mais tarde, leva à sua morte, o cônjuge sobrevivente não terá direito à indemnização prevista no § 844, uma vez que não tinha qualquer direito a exigir alimentos do lesado no momento em que o facto ilícito foi praticado: Cf. MARKENSIS/HANNES, *The German Law of Torts – A Comparative Treatise*, 4th ed., Hart Publishing, 2002, p. 926. Atualmente, uma questão similar a esta tem sido muito discutida no ordenamento jurídico norte-americano: vide infra, 3.5.

⁷⁸ Cf. MARKENSIS/HANNES, *The German...*, cit., pp. 925 e 926.

⁷⁹ Note-se que, apesar da enorme ligação afetiva que existe entre pais e filhos, a indemnização não é prevista para compensar os primeiros pela dor que a perda ou a lesão corporal dos seus filhos lhes provoca (*préjudice d'affection*), nem pelo sofrimento correspondente à alteração da sua vida quotidiana provocada por tal perda ou lesão (*préjudice d'accompagnement*) – cf. supra, 3.1 –, mas apenas para os compensar pela perda dos serviços que os mesmos lhes prestavam, pelo que esta indemnização, no nosso entender, tem um cariz patrimonial.

de lesão corporal grave⁸⁰. As várias decisões têm considerado que tais familiares apenas terão direito a uma indemnização quando, devido à relação pessoal especial que têm ou tinham com o lesado, sofram um dano psíquico que os atinja de modo grave na sua saúde mental e que ultrapasse os danos ou a dor normalmente sofrida pelo comum das pessoas, quando colocadas em semelhante situação, que correspondem ao “normal risco da vida” que existe nos “acontecimentos do mundo”⁸¹. Assim, ao contrário do que acontece nos ordenamentos jurídicos francês, espanhol e italiano, não é ressarcida a dor que os familiares do lesado sentem por perderem o lesado ou por o verem sofrer com uma lesão corporal grave, por perderem a sua companhia afetiva/social ou por a sua vida quotidiana ser gravemente perturbada, mas apenas danos psíquicos que afetam a saúde mental dos familiares de uma forma grave, anómala, excecional. Não são indemnizados, por isso, danos reflexos, mas sim danos diretos/próprios dos familiares da vítima, uma vez que os mesmos decorrem da violação de um direito absoluto próprio desses sujeitos, o direito à sua integridade física e psíquica⁸².

3.5 Ordenamento Jurídico Norte-Americano

No ordenamento jurídico norte-americano, os danos não patrimoniais dos familiares da vítima mortal ou de lesão corporal grave enquadram-se na ação por loss of consortium, que teve como antecedente histórico a ação medieval per quod servitium amisit, através da qual o senhor podia exigir uma indemnização ao terceiro que agredisse um dos seus servos, sempre que de tal agressão resultasse a impossibilidade de o senhor beneficiar da força de trabalho desse servo^{83 84}. Por analogia com essa ação desenvolveu-se uma outra, a per quod consortium amisit, que reconhecia ao marido a faculdade de demandar o terceiro responsável pela lesão da sua mulher, sempre que tal determinasse a impossibilidade de o primeiro

⁸⁰ Vide as considerações que se fazem a este respeito no ponto 20. do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 16 de janeiro de 2014, Processo n.º 6430/07.0TBRRG, disponível em www.dgsi.pt.

⁸¹ Cf. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 16 de janeiro de 2014, Processo n.º 6430/07.0TBRRG, ponto 20., disponível em www.dgsi.pt.

⁸² Tais danos são, por isso, indemnizáveis ao abrigo da cláusula geral do § 823, I do BGB. Esses danos poderão verificar-se nos casos de “choque nervoso”, causado pelo facto de um sujeito ver ou tomar conhecimento de que o seu familiar está morto ou gravemente lesado - Cf. MARKENSIS/HANNES, *The German...*, cit., p. 928.

⁸³ Cf. DUARTE PINHEIRO, O Núcleo Intangível da Comunhão Conjugal - Os Deveres conjugais Sexuais, Almedina, 2004, p. 733.

⁸⁴ O fundamento jurídico de tal ação não se enquadra na atual ação por loss of consortium, já que se considerava que a agressão do terceiro representava uma invasão direta num interesse de natureza real que o senhor tinha sobre o próprio servo ou sobre o trabalho que o mesmo lhe prestava em consequência da relação jurídica que os unia -Cf. HEUSTON/BUCKLEY, *Salmond and Heust on the Law of Torts*, 21st ed., Thomson Professional Pub Cn, 1996, p. 347.

beneficiar do trabalho doméstico, das relações sexuais e/ou da companhia antes proporcionadas pela mesma⁸⁵. Esta ação passou a designar-se, mais tarde, por *loss of consortium*. Em Inglaterra, tal ação foi abolida pela secção 2 do *Administration of Justice Act* de 1982⁸⁶ ⁸⁷. No entanto, nos Estados Unidos a figura teve um grande desenvolvimento, mantendo-se atual. Neste país, a partir da segunda metade do século XX, a ação passou a ser atribuída também às mulheres, sendo, nos dias de hoje, reconhecida na maioria dos Estados, discutindo-se se a mesma não deve ser também reconhecida aos filhos do lesado (*loss of parental consortium*) e aos membros de uniões de facto⁸⁸.

Os autores e a jurisprudência norte-americana definem *consortium* como o conjunto de direitos, emergentes da relação marital, de que os cônjuges gozam um perante o outro, e que se podem englobar em dois subgrupos: direitos de assistência material (*services*) e os direitos de cariz emocional (*companionship*)⁸⁹. Assim, a ação por *loss of consortium* engloba, por um lado, os danos sofridos pela perda de “serviços” tangíveis prestados pelo cônjuge fisicamente lesado no seio da sociedade familiar, e por outro, os danos decorrentes da perda de benefícios intangíveis, relacionados com a perda ou diminuição da companhia, dos afetos, dos cuidados, da atenção e das relações sexuais com o cônjuge fisicamente lesado, uma vez que este pode não estar em condições de proporcionar esses benefícios nos mesmos termos em que o fazia ou poderia fazer antes da lesão⁹⁰ ⁹¹. Por isso, esta *cause of action* fundamenta-se na proteção

⁸⁵ Como a mulher estava juridicamente obrigada a essas prestações para com o marido, a sua posição jurídica não era, nesse aspeto, diferente da do servo... Como o marido não tinha semelhantes obrigações para com a mulher, esta não usufruía da mesma *cause of action* – cf. NOLAN/WARDLE, *Fundamental principles of family law*, 2nd ed., William S. Hein & Company, 2006, p. 442

⁸⁶ Cf. VON BAR, *The Common...*, Volume Two, cit., pp. 123-124; DUARTE PINHEIRO, *O Núcleo...*, cit., p. 734.

⁸⁷ No entanto, no Reino Unido, existem normas que preveem a indemnização de danos não patrimoniais dos familiares dos lesados, nos casos de morte. Vide a lei inglesa *Fatal Accidents Act* 1976, sec. 1A, bem como a lei escocesa *Damages (Scotland) Act* 1976, sec. 1 (4), disponíveis em www.legislation.gov.uk. Para maiores desenvolvimentos, vide VON BAR, *The Common...*, Volume Two, cit., p. 191.

⁸⁸ Cf. DUARTE PINHEIRO, *O Núcleo...*, cit., pp. 734 e 735; ALISHA M. CARLILE, *Like Family: Rights of Nonmarried Cohabital Partners in Loss of Consortium Actions*, in *Boston College Law Review*, Volume 46, Issue 2, Number 2, 2005, pp. 391-421; BEST/BARNES, *Basic Tort Law: Cases, Statutes, and Problems*, 3rd ed., Aspen Publisher, 2010, p. 581.

⁸⁹ Cf. *PARSONS v. SHONEY'S, INC.*, CIV. A. NO. 80-0063-P(H), United States District Court, S.D. West Virginia, Parkersburg Division, July 11, 1983, disponível em www.leagle.com, citando *King v. Bittinger*, 231 S.E.2d 239, 243-44 (W.Va.1976): "Consortium is a right, arising from the marital union, to have performance by a spouse of all the duties and obligations assumed by the marriage relationship, including the right to society, companionship and services."

⁹⁰ Cf. BEST/BARNES, *Basic Tort...*, cit., p. 581.; no mesmo sentido, vide *STURTZ v. LUDYNO*, 8 CIVIL 1979, 15 Pa. D. & C. 3d 289 (1979), Common Pleas Court of Somerset County, Pennsylvania, December 26, 1979, disponível em www.leagle.com: "Under the Pennsylvania law, as well as under general Anglo-American law, a nonfatal injury to a wife gives rise to a cause of action in favor of the husband. His cause of action is independent of that which arises in favor of the wife. She recovers damages for her personal injuries, pain and suffering and personal losses, while he recovers for the loss of the wife's companionship, loss of her services, and for any medical or hospital expenses incurred or paid by him."

legal conferida aos interesses mútuos que derivam de uma relação conjugal⁹².

No âmbito da ação por loss of consortium têm merecido destaque, mais recentemente, casos nos quais o facto lícito, normalmente relacionado com a exposição a uma determinada substância nociva, é praticado antes do casamento, mas os danos físicos só se produzem em toda a sua amplitude na esfera jurídica do sujeito após o início dessa relação familiar. Os Tribunais norte-americanos têm entendido que a existência ou não do direito à indemnização por loss of consortium está relacionada com o momento temporal da tomada de conhecimento da doença por parte do cônjuge do doente: se este conhecia a doença do sujeito, mas ainda assim decidiu casar-se com ele, não terá direito a indemnização; caso não tivesse qualquer conhecimento sobre a doença do indivíduo aquando do casamento, aí já lhe será atribuída uma indemnização com base em loss of consortium⁹³.

CAPÍTULO III – OS DANOS NÃO PATRIMONIAIS DOS FAMILIARES DA VÍTIMA DE LESÃO CORPORAL GRAVE NO ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS

4. As Várias Posições Jurisprudenciais e Doutrinais Sobre a Ressarcibilidade dos Danos Não Patrimoniais dos Familiares da Vítima de Lesão Corporal Grave

4.1 Posição Desfavorável à Ressarcibilidade

De acordo com a orientação jurisprudencial tradicional, o nosso ordenamento jurídico não admite a ressarcibilidade dos danos não patrimoniais sofridos pelos familiares do lesado imediato em casos de lesão corporal grave da qual não resulta a morte⁹⁴.

⁹¹ Estes danos aproximam-se, por isso, da categoria francesa do *préjudice d'accompagnement* e dos danos existenciais que a jurisprudência e a doutrina italiana entendem que os familiares sofrem - cf. supra, 1., 3.1 e 3.2.

⁹² Cf. NOLAN/WARDLE, *Fundamental principles...*, cit., p. 442.

⁹³ Cf. LEONARD v. JOHN CRANE, INC., 206 Cal. App. 4th 1274 (2012), 142 Cal. Rptr. 3d 700, Court of Appeals of California, First District, Division Five, June 13, 2012, disponível em www.leagle.com, onde é realizada uma análise de decisões jurisprudenciais anteriores sobre casos semelhantes.

⁹⁴ Vide, nesse sentido, entre outros, Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça de 17/09/2009 (Processo n.º 292/1999), de 26 de fevereiro de 2004 (Processo n.º 03B4298), do Tribunal da Relação do Porto de 20/10/2004 (Processo n.º 0414382), disponíveis em www.dgsi.pt, do Supremo Tribunal de Justiça de 21/03/2000 (in Colectânea de Jurisprudência – Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça, Tomo I, p. 138 e s.), do Tribunal da

Segundo essa tese, extrai-se do disposto no artigo 483.º, n.º 1 do Código Civil que, em regra, apenas são indemnizáveis os danos sofridos pelo titular do direito violado ou do interesse protegido pela disposição legal violada, de acordo com os fundamentos referidos supra em 2.4. Assim, de acordo com esta posição, no nosso ordenamento jurídico, os danos reflexos apenas devem ser ressarcidos nos casos excecionalmente previstos nos artigos 495.º e 496.º, n.º 4 do Código Civil. Prevendo o artigo 496.º, n.º 4 a ressarcibilidade dos danos não patrimoniais dos familiares do lesado apenas nos casos de morte, e não nos casos de lesões corporais graves, e não tendo a conduta do lesante infringido nenhum direito subjetivo ou interesse abrangido por uma norma de proteção desses familiares (o requisito da ilicitude não se verifica direta e individualmente perante esses sujeitos), conclui-se que os mesmos não têm qualquer pretensão indemnizatória nas situações em que o lesado, apesar de sofrer uma lesão corporal grave, sobrevive ao evento lesivo⁹⁵.

Segundo esta orientação jurisprudencial, essa conclusão seria ainda confirmada pelo elemento histórico de interpretação. Na verdade, o Professor Vaz Serra, no seu Anteprojeto do Código Civil, propôs uma norma (759º/5) que previa expressamente a ressarcibilidade dos danos dos familiares do lesado imediato também nos casos em que o mesmo não era ferido mortalmente, não tendo a mesma passado para o texto definitivo da lei⁹⁶. Tal opção do legislador só poderia significar que a sua vontade foi, precisamente, a de prever o direito de indemnização dos familiares do lesado apenas nos casos em que a morte deste resulta do evento lesivo, e não em qualquer outra situação. Assim, para além de não ser possível aplicar a norma do artigo 496.º, n.º 4 do Código Civil analogicamente - uma vez que a mesma estabelece um regime contrário à regra geral prevista no artigo 483.º, n.º 1 do Código Civil, sendo, por isso, uma norma excecional (cf. artigo 11.º do Código Civil) -, a mesma também não poderia ser aplicada por interpretação extensiva aos casos de lesão corporal grave da qual não resulte a morte, uma vez que a rejeição da proposta que previa a ressarcibilidade dos danos não patrimoniais reflexos dos familiares nesse tipo de situações traduz “uma opção consciente do legislador”⁹⁷.

Os defensores desta tese defendem a solidez dos seus pressupostos, principalmente o de que em regra apenas os danos do titular do direito subjetivo ou interesse abrangido por uma

Relação de Lisboa de 06/05/1999 (in Colectânea de Jurisprudência, Tomo II, p. 88 e s.), do Tribunal da Relação de Coimbra de 26/10/1993 (in Colectânea de Jurisprudência, Tomo IV, p. 69 e s.).

⁹⁵ Ibid.

⁹⁶ Cf. VAZ SERRA, Direito das Obrigações (parte resumida) – Continuação, in Boletim do Ministério da Justiça, n.º 101, pp. 137-139.

⁹⁷ Cf. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 26 de fevereiro de 2004 (Processo n.º03B4298).

norma de proteção são indemnizáveis, com base na nossa doutrina tradicional⁹⁸. De facto, Antunes Varela é claro quando refere que “(...) nem a todos os danos patrimoniais ou não patrimoniais, provenientes do facto ilícito (ou, «mutatis mutandis», do facto encorpado na esfera de risco imposta alguém), a lei faz corresponder a obrigação de indemnizar. Em regra, só tem direito a indemnização o titular do direito violado ou do interesse legalmente protegido que tenha sido ofendido com a prática do facto ilícito.”; “(...) assim como não há qualquer direito subjetivo à integridade do património em geral, nenhum direito à integridade da esfera sentimental ou do património afectivo ou emocional (passe a expressão) de cada um é consagrado na lei”^{99 100}. Sinde Monteiro, analisando os danos ressarcíveis nos casos de dano corporal, refere expressamente que: “(...) em todos os casos de «lesão corporal», têm direito a ser indemnizados aqueles que socorreram o lesado, bem como os estabelecimentos hospitalares, médicos ou outras pessoas ou entidades que tenham contribuído para o tratamento ou assistência da vítima (art. 495.º/2). Trata-se de uma disposição de carácter especial ou excepcional, através da qual se pretende estimular a prestação de assistência às vítimas. Têm ainda um direito próprio os que podiam exigir alimentos ao lesado ou aqueles a quem este os prestava no cumprimento de uma obrigação natural (art. 495.º/3). Para além destas pessoas, no caso de dano corporal do qual não sobreveio a morte, apenas o próprio lesado tem direito a ser indemnizado pelo dano patrimonial e não patrimonial.”¹⁰¹

Mais recentemente, Albuquerque Matos veio também defender esta posição da jurisprudência tradicional, apelando também ao argumento literal e à excepcionalidade com que o legislador previu a ressarcibilidade de danos de terceiro no Código Civil: “Apesar da nossa solução legislativa se poder considerar bastante mais generosa quando confrontada com a posição do direito italiano, pensamos no entanto apenas ser defensável compensar os danos não patrimoniais sofridos directamente pelo lesado. Basta tomar em consideração o propósito do legislador circunscrever a ressarcibilidade dos prejuízos sofridos por um círculo de pessoas muito restrito – aquelas a quem o lesado prestava alimentos –, ao universo dos danos

⁹⁸ Cf. *supra*, 2.4.

⁹⁹ Cf. ANTUNES VARELA, *Anotação ao Acórdão...*, cit., p. 281; no mesmo sentido, ANTUNES VARELA, *Das Obrigações...*, cit., pp. 620 – 625. Esclareça-se que aquele Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça que Antunes Varela anotou não tratava, especificamente, do objeto do nosso estudo. Estava em discussão saber se, em consequência de um acidente de viação que provocou a perda do feto que uma mulher trazia no ventre, o marido desta teria direito a uma indemnização pela tristeza sentida com a perda desse nascituro. Antunes Varela defendeu que não, porque recusou a equiparação do nascituro a pessoa já nascida com vida, não considerando assim aplicável o disposto nos artigos 496.º, n.º 2 e atual n.º 4 do Código Civil.

¹⁰⁰ No mesmo sentido, vide ALMEIDA COSTA, *Direito das...*, cit., pp. 607-608.

¹⁰¹ Cf. SINDE MONTEIRO, *Dano Corporal (Um roteiro do direito português)*, in *Revista de Direito e Economia*, Ano XV, 1989, Universidade de Coimbra, p. 370.

patrimoniais. Idêntica solução resulta do disposto no n.º 2 deste preceito do Código Civil.”¹⁰².

4.2 A Ressarcibilidade Com Base na Interpretação Extensiva do Artigo 496.º, n.º 4 do Código Civil

Desde cedo Vaz Serra defendeu entre nós solução contrária à posição jurisprudencial acabada de referir. Este autor reconhece o princípio de base do qual partem os defensores da tese supra referida em 4.1: “O princípio, em matéria de direito de indemnização, é que só tem de ser indemnizado o dano daquele em cujos direitos (ou interesses juridicamente protegidos, novo Código Civil, art. 483.º) se deu a intervenção antijurídica; o dano de um terceiro, não lesado imediato, só em casos excepcionais tem de ser indemnizado.”¹⁰³. Vaz Serra reconhece também que as normas que especificamente preveem a ressarcibilidade de danos de terceiro são excepcionais. No entanto, como a interpretação extensiva de normas excepcionais não é proibida pela lei (cf. artigo 11.º do Código Civil), a ressarcibilidade de danos de terceiro poderá ser estendida “a outros casos compreendidos no espírito da lei”¹⁰⁴. Ora, uma vez que nos casos de lesão corporal grave da qual não resulta a morte a dor dos familiares do lesado imediato pode ser tão forte como o seria se este tivesse falecido em consequência do evento lesivo, ou até mesmo mais forte, seria incongruente a lei conceder-lhes o direito a serem compensados pelos danos não patrimoniais por eles sofridos nos casos em que o lesado imediato morre, e recusar-lhes essa compensação naqueles casos em que o mesmo fica gravemente lesado/incapacitado¹⁰⁵. Assim, deve considerar-se que a norma que estabelece a ressarcibilidade dos danos não patrimoniais dos familiares do lesado imediato nos casos de morte também é aplicável, por interpretação extensiva, aos danos que aqueles sofrem nos casos de lesão corporal grave da qual não resulta a morte, “(...) ao menos quando esses danos forem tão graves como os que podem resultar da morte deste.”^{106 107 108}.

¹⁰² Cf. ALBUQUERQUE MATOS, *Responsabilidade Civil...*, cit., p. 596.

¹⁰³ Cf. VAZ SERRA, Anotação ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 13 de janeiro de 1970, in *Revista de Legislação e Jurisprudência*, 104.º ano, n.º 3442, p. 16.

¹⁰⁴ Ibid.

¹⁰⁵ Ibid. p. 15.

¹⁰⁶ Ibid.

¹⁰⁷ Note-se que Vaz Serra também refere a possibilidade de, nas situações de lesão corporal grave, o evento lesivo atingir um direito ou um bem juridicamente protegido dos próprios familiares do lesado imediato, caso em que estes também sofreriam uma lesão imediata, e não um dano de terceiro. Tal sucederia quando “uma mãe sofre uma depressão nervosa pelo facto do seu filho ser atropelado, ou um filho sofre um grande choque espiritual com consequentes perturbações nervosas por assistir à morte ou atropelamento do pai.”. Assim, em tais casos “[o] direito de indemnização da mãe ou do filho não é um direito de indemnização de terceiro, mas um direito de indemnização fundada na violação ilícita imediata de um direito deles (direito à saúde)”, sendo, por isso, ressarcível à luz do disposto nos artigos 483.º, n.º 1 e 496.º, n.º 1 do Código Civil – *ibid.*, p. 16. Tratam-se dos casos designados pela doutrina e jurisprudência germânicas como “choque nervoso” – cf. *supra* 3.4.

Como primeira nota acerca da apreciação da viabilidade desta tese, refira-se que não nos parece que o argumento histórico referido supra em 4.1 seja decisivo para afastar a possibilidade de interpretar extensivamente o artigo 496.º, n.º 4 do Código Civil. Desde logo, porque, como refere Abrantes Geraldês, desconhecem-se as razões que levaram o legislador a rejeitar a norma proposta por Vaz Serra, uma vez que as mesmas não contam dos Trabalhos Preparatórios¹⁰⁹. Por outro lado, não nos podemos esquecer que o elemento histórico de interpretação não é decisivo, nem sequer o mais importante, na tarefa interpretativa (cf. artigo 9.º do Código Civil)¹¹⁰.

No entanto, parece-nos inegável que esta teoria da interpretação extensiva do artigo 496.º, n.º 4 do Código Civil relativamente aos danos em análise assenta em pressupostos bastante discutíveis. O primeiro deles consiste na premissa segundo a qual os sofrimentos e angústias que os familiares do lesado imediato sofrem nos casos de lesão corporal grave da qual não resulta a morte são tão ou mais penosos do que os que se verificam quando o lesado imediato falece em consequência do evento lesivo, pelo que “a razão é a mesma”¹¹¹ em ambas as situações, justificando-se assim a interpretação extensiva. Tendo em conta as especificidades de cada situação e da reação de cada indivíduo, parece-nos que tal premissa só poderá ser afirmada caso a caso, e não em termos genéricos, através de prova pericial (relatório médico), que, atenta a subjetividade do objeto da prova – saber se os sofrimentos e angústias que os familiares estão ao sentir com a lesão corporal grave do seu ente querido são iguais ou superiores às que sentiriam caso este tivesse falecido – pode revelar-se, em muitas situações, inconclusiva. Assim, cremos não ser possível afirmar, com segurança, que nas situações de lesão corporal grave que temos vindo a analisar existe a mesma “razão” que levou o legislador a prever aquele regime para os casos de morte. A supressão da vida, o bem mais precioso de um indivíduo, pode justificar uma valoração diferente relativamente às situações de lesão corporal grave¹¹². Por outro lado, parar defender esta solução seria sempre necessário saber

¹⁰⁸ Ribeiro de Faria e Cura Mariano também defendem a ressarcibilidade dos danos não patrimoniais dos familiares do lesado imediato nos casos de lesão corporal grave de acordo com esse argumento da interpretação extensiva daquela norma - Cf. RIBEIRO DE FARIA, *Direito das...*, Primeiro Volume, cit., p. 491, nota 2; CURA MARIANO, A Providencia Cautelar de Arbitramento de Reparação Provisória, Almedina, 2003, p. 68, nota 129.

¹⁰⁹ Cf. ABRANTES GERALDES, *Temas da...*, II Volume, cit., pp. 80-81.

¹¹⁰ Vide, nesse sentido, BAPTISTA MACHADO, *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*, Almedina, 1994, pp. 190-191; OLIVEIRA ASCENSÃO, *O Direito - Introdução e Teoria Geral*, 13.ª ed., Almedina, 2005, pp. 412-413.

¹¹¹ Cf. VAZ SERRA, *Anotação ao Acórdão...*, cit., p. 15.

¹¹² No mesmo sentido, vide, entre outras decisões da nossa jurisprudência, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 25/11/1998, in *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 481, pp. 470 s.: “Estender, por argumento de analogia, o comando do n.º 2 do art. 496.º a situações como a dos autos carece de validade, visto que não

se, em termos metodológicos, a extensão do disposto no artigo 496.º, n.º 4 do Código Civil aos casos de lesão corporal grave configura, de facto, uma interpretação extensiva, e não uma aplicação analógica de uma norma excecional, proibida nos termos do artigo 11.º do Código Civil¹¹³. Mesmo admitindo que a extensão dessa norma a esses casos consiste numa mera interpretação extensiva, e não numa aplicação analógica, ainda assim seria duvidosa a sua admissibilidade no nosso ordenamento jurídico, atento o obstáculo que o disposto no artigo 9.º, n.º 2 do Código Civil sempre constituiria, já que o texto do n.º 4 do artigo 496.º é muito claro ao estabelecer que a estatuição nele prevista apenas se aplica “no caso de morte”, não revelando qualquer abertura para que se possa considerar que existe “um mínimo de correspondência verbal” com um “pensamento legislativo” que permita aplicar essa estatuição a outros casos, como o caso de lesão corporal grave da qual não resulta a morte¹¹⁴.

4.3 A Ressarcibilidade Por Força da Violação de um Direito Familiar Pessoal

As lesões corporais graves podem implicar, em alguns casos, a impotência sexual do lesado, que pode ser casado. Em tais situações, Duarte Pinheiro defende que o facto ilícito “(...) viola direitos de duas pessoas que são eficazes «erga omnes»: o direito à integridade física, de que é titular a «vítima principal», e o direito de coabitação sexual, pertencente ao cônjuge da vítima da lesão corporal”¹¹⁵, uma vez que este último ficará, também, impossibilitado de manter relações sexuais com o seu cônjuge. Assim, existindo a lesão de um direito do cônjuge do corporalmente lesado, o dano por ele sofrido será direto, sendo, por isso, indemnizável de acordo com as regras gerais da responsabilidade civil^{116 117}. De acordo

procede, neste, a razão justificativa da extensão a terceiros do direito de indemnização pelo dano não patrimonial, e que é, precisamente, a morte da vítima (...)”.

¹¹³ Perante um caso concreto pode revelar-se complicado determinar com segurança quando estamos ainda perante uma mera interpretação da norma, ou já face a uma integração da lei, existindo mesmo quem defenda que a interpretação extensiva e a aplicação analógica não são “rigorosamente delimitáveis” - Cf. CASTANHEIRA NEVES, *O Atual Problema Metodológico da Interpretação Jurídica - I*, Coimbra Editora, 2003, p. 40. Sobre a distinção entre os dois conceitos, vide BAPTISTA MACHADO, *Lições de Direito Internacional Privado*, 3.ªed., Almedina, 2009 (reimp.), p. 100, nota 1.

¹¹⁴ Cf. BAPTISTA MACHADO, *Introdução ao...*, cit., p. 189: “Pode ter de proceder-se a uma interpretação extensiva ou restritiva, ou até porventura a uma interpretação corretiva (...). Mas, em tais hipóteses, este sentido só poderá valer se for ainda assim possível estabelecer alguma relação entre ele e o texto infeliz que se pretende interpretar”. Vide também OLIVEIRA ASCENSÃO, *O Direito...*, cit., pp. 396-397.

¹¹⁵ Cf. DUARTE PINHEIRO, *O Núcleo...*, cit., pp. 737.

¹¹⁶ Cf. DUARTE PINHEIRO, *O Núcleo...*, cit., pp. 737-738; DUARTE PINHEIRO, *O Direito da Família Contemporâneo*, 3.ª ed., aafdl, 2010, pp. 522-523.

¹¹⁷ Sousa Dinis também defende a ressarcibilidade de danos não patrimoniais do cônjuge do lesado nestes casos. Este autor entende que a sexualidade, pelo menos no âmbito de uma relação conjugal, é um direito de personalidade, pelo que, quando um dos cônjuges, em consequência de uma lesão corporal, fica a padecer de impotência sexual, esse direito de personalidade do outro cônjuge também é lesado. Cf. SOUSA DINIS, *Dano Corporal em Acidentes de Viação – Cálculo da indemnização em situações de morte, incapacidade total e*

com esta teoria, o fundamento para a ressarcibilidade desse dano assenta, assim, na característica da oponibilidade face a terceiros do direito conjugal à coabitação sexual. Ora, tal direito nasce de uma relação jurídica, o casamento, e, como, se sabe, a nossa doutrina maioritária rejeita a eficácia externa das situações jurídicas relativas, com base, entre outros argumentos, na tutela da liberdade de terceiros, só a admitindo em casos excepcionais¹¹⁸. Por isso, o autor defende a inclusão dos direitos à fidelidade e à coabitação sexual nessas situações excepcionais, uma vez que “(...) o caráter não estritamente individual dos interesses subjacentes às situações jurídicas conjugais pessoais é um factor que as distancia das situações jurídicas relativas comuns e justifica a hipotética preterição de interesses individuais de terceiros. Os deveres conjugais são deveres de comunhão, de solidariedade entre dois membros de um mesmo grupo familiar, de um tipo de grupo que é reputado de «célula fundamental da sociedade»”^{119 120}. Note-se que esta solução apenas permite tomar em conta a alteração da vida do cônjuge da vítima de lesão corporal decorrente da perda do direito ao débito conjugal, e já não os sofrimentos e angústias que derivam de outras alterações da sua vida que também possam ser determinadas por essa lesão corporal. Por outro lado, esta solução só permite, naturalmente, atribuir uma indemnização ao cônjuge do fisicamente

parcial – Perspectivas futuras, in *Colectânea de Jurisprudência - Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça*, Ano IX, Tomo I – 2001, pp. 11 e 12.

¹¹⁸ Cf. DUARTE PINHEIRO, *O Núcleo...*, cit., pp. 430. Nesse sentido, vide também ALMEIDA COSTA, *Direito das...*, pp. 607-609; MENEZES LEITÃO, *Direito das...*, Volume I cit., pp. 365-366; MAFALDA MIRANDA BARBOSA, *Liberdade vs. Responsabilidade: A Precaução Como Fundamento da Imputação Delitual? - Considerações a Propósito dos Cable Cases*, Almedina, 2006, pp. 86-102; ANTUNES VARELA, *Das Obrigações...*, Vol. I, cit., pp. 175-182. A favor da eficácia externa das obrigações vide MENEZES CORDEIRO, *Tratado de...*, II – Direito das Obrigações – Tomo I, cit., pp. 399-407; MENEZES CORDEIRO *Tratado de...*, II – Direito das Obrigações – Tomo III, cit., p. 733; SANTOS JÚNIOR, *Da Responsabilidade ...*, cit., pp. 437 e s.; ISABEL MOUSINHO DE FIGUEIREDO, *Danos Mediatos...*, cit., pp. 30 s..

¹¹⁹ Cf. DUARTE PINHEIRO, *O Núcleo...*, cit., pp. 431-432; DUARTE PINHEIRO, *O Direito da...*, cit., pp. 517, 522-523. O autor refere ainda outros argumentos para defender a sua posição: a preterição expressa na lei dos interesses de terceiro em certos casos (como se constata pelos artigos 1601.º, alínea b) e 1631.º, alínea a) do Código Civil), a tipicidade dos direitos conjugais e a publicidade da relação matrimonial (fatores que atenuam as desvantagens da eficácia externa).

¹²⁰ A nossa jurisprudência, chamada a pronunciar-se sobre a questão da ressarcibilidade dos danos do cônjuge da vítima de lesão corporal nesta situação específica, em que esta última fica a sofrer, em consequência das lesões de que foi alvo, de impotência sexual, já reconheceu o direito de indemnização daquele com base no argumento da eficácia erga omnes do direito à coabitação sexual invocado por Duarte Pinheiro – cf. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 26/05/2009 (Processo n.º 3413/03.2TBVCT) e Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 26/06/2003 (Processo n.º 0333036), disponíveis em www.dgsi.pt (esta última decisão viria a ser revogada pelo Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 26/02/2004 (Processo n.º 03B4298) disponível em www.dgsi.pt, com base nos argumentos da jurisprudência tradicional para rejeitar toda e qualquer ressarcibilidade de danos de terceiro para lá dos casos especificamente previstos na lei (cf. supra 4.1)). No entanto, também já concedeu esse mesmo direito com base num argumento mais “geral”, invocado para defender a ressarcibilidade dos danos não patrimoniais dos familiares do lesado imediato em qualquer caso de lesão corporal grave: a interpretação extensiva defendida por Vaz Serra (cf. supra, 4.2) – cf. Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 25/05/2004 (Processo n.º 3480/03). No Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 22/01/2013 (Processo n.º 3/09.0TBOBR), defendeu-se que a indemnização poderia ser atribuída com base em qualquer um desses argumentos.

lesado, e não a outros familiares próximos que também possam sofrer com a lesão do mesmo e ver a sua vida radicalmente alterada (para pior) por força dessa lesão, como os filhos, por exemplo.

No entanto, este mesmo autor, noutra obra, considera que qualquer direito familiar goza desta característica da oponibilidade erga omnes, defendendo que “A existência de um registo organizado das relações familiares revela que o vínculo familiar não tem uma relevância puramente interna, é antes algo que concerne a todos”¹²¹. Porém, esta posição não é unânime na nossa doutrina, pois existem vozes que negam essa característica da eficácia erga omnes aos direitos familiares¹²². Partindo daquele pressuposto, que os direitos familiares, embora brotem de situações jurídicas relativas, possuem uma eficácia erga omnes, podemos analisar se existem outros direitos familiares que possam ser lesados pelo facto ilícito de um terceiro, e que fundamentem, por isso, uma indemnização por danos não patrimoniais causados aos familiares da vítima da lesão corporal grave, independentemente de esta ficar ou não, em consequência dessa lesão, a sofrer de impotência sexual¹²³. É certo que dos artigos 1672.º, 1674.º e 1874.º do Código Civil extraem-se direitos familiares de cooperação e auxílio entre cônjuges e entre pais e filhos¹²⁴. Também não existe qualquer dúvida sobre o facto de a vítima corporal, em consequência das lesões corporais graves e incapacitantes a que nos temos vindo a referir, poder ficar impossibilitada de cumprir com os deveres correlativos a esses direitos dos seus familiares¹²⁵. No entanto, cremos que o único dano que se poderia considerar indemnizável por força da violação de tais direitos por parte de um terceiro, seria a perda do auxílio e cooperação do fisicamente lesado no quotidiano familiar, e já não a dor e as angústias que os familiares sofrem com a lesão do seu ente querido e com as alterações da sua

¹²¹ Cf. DUARTE PINHEIRO, *O Direito da...*, cit., p. 104. No mesmo sentido, vide CASTRO MENDES, *Direito da Família*, Associação Académica da FDUL, 1990/1991, pp. 25-26; HÖRSTER, *A Parte Geral do Código Civil Português - Teoria Geral do Direito Civil*, Almedina, 1992, pp. 254-257. A favor do carácter absoluto dos direitos pessoais dos cônjuges, vide também ANTUNES VARELA, *Direito da Família*, 1.º Volume, 4.ª ed., Livraria Petrony, 1996, pp. 367-369.

¹²² Nesse sentido, vide PEREIRA COELHO/GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família – Introdução - Direito Matrimonial*, 4.ª ed., com a colaboração de Rui Moura Ramos, Coimbra Editora, 2008, p. 158; LEITE CAMPOS, *Lições de...*, cit., p. 144.

¹²³ Vide, nesse sentido, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 08/09/2009 (Processo n.º 2733/06.9TBBCL), disponível em www.dgsi.pt.

¹²⁴ Quanto ao conteúdo e caracterização desses deveres e direitos entre cônjuges e entre pais e filhos, vide DUARTE PINHEIRO, *O Direito da...*, cit., pp. 298 e s., 504-515; ANTUNES VARELA, *Direito da...*, cit., pp. 347-357 (apenas quanto aos deveres/direitos conjugais); LEITE CAMPOS, *Lições de...*, cit., pp. 257-260, 369-370; PEREIRA COELHO/GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de...*, cit., pp. 354-359 (apenas quanto aos deveres/direitos conjugais).

¹²⁵ Abrantes Gerales aflora a possibilidade de os familiares obterem um direito a indemnização por o sujeito fisicamente lesado deixar de poder satisfazer estes seus direitos – cf. ABRANTES GERALDES, *Temas da...*, II Volume, cit., pp. 83-85; *infra*, 4.4.

qualidade de vida que a mesma implica¹²⁶, que são as situações de sofrimento que os diversos autores e as diversas decisões jurisprudenciais favoráveis à ressarcibilidade dos danos em causa consideram chocante não serem objeto de compensação¹²⁷. Para além disso, esta posição revelaria também a desvantagem de assentar num pressuposto que, como se referiu, não é consensual na nossa doutrina: a eficácia erga omnes dos direitos familiares, sendo certo que, também como já se mencionou supra, a nossa doutrina maioritária revela-se muito restritiva face ao reconhecimento da eficácia externa das obrigações em geral.

4.4 A Ressarcibilidade Por Aplicação Direta dos Artigos 483.º, n.º 1 e 496.º, n.º 1 do Código Civil

Américo Marcelino parece ter sido o primeiro a defender a ressarcibilidade dos danos não patrimoniais dos familiares do lesado imediato nos casos de lesão corporal grave com base na interpretação e aplicação direta do disposto no artigo 496.º, n.º 1 do Código Civil: “O grande princípio consagrado no n.º 1 do artigo não põe outras reservas, outras condições que não sejam o tratar-se de danos tais que pela sua gravidade mereçam a tutela do direito. Sobre tal gravidade, pois, é que será legítimo questionar – não sobre os sujeitos passivos dela.”¹²⁸

Abrantes Geraldês veio a desenvolver esta posição, na obra que dedicou ao estudo da ressarcibilidade dos danos reflexos¹²⁹. De facto, ao contrário da jurisprudência tradicional, este autor não considera que o artigo 483.º, n.º 1 do Código Civil constitui um obstáculo à ressarcibilidade dos danos não patrimoniais sofridos pelos familiares do lesado imediato nos casos de lesão corporal grave¹³⁰. Para determinar o círculo de sujeitos titulares de um direito de indemnização decorrente de um evento lesivo, Abrantes Geraldês defende um critério que envolve dois patamares: em primeiro lugar, é necessário que as normas objetivamente violadas tutelem a esfera jurídica do sujeito cuja titularidade do direito de indemnização se analisa (nos casos que estamos a analisar, que tutelem os familiares do lesado imediato); verificado este primeiro patamar, é necessário que os danos do sujeito em causa mantenham com o evento lesivo um nexo de causalidade juridicamente relevante, nos termos do artigo

¹²⁶ De acordo com a sistematização norte-americana, apenas seriam ressarcíveis os danos relativos aos direitos de assistência material, os services, e já não os relativos aos direitos de cariz emocional, a companionship – cf. supra 3.5.

¹²⁷ Cf. supra 1., 4.2; infra, 4.4 e 4.5.

¹²⁸ Cf. AMÉRICO MARCELINO, *Acidentes de Viação e Responsabilidade Civil*, 6.ª ed., Livraria Petrony, 2003, p. 280.

¹²⁹ Cf. ABRANTES GERALDES, *Temas da...*, II Volume, cit., pp. 65 e s..

¹³⁰ Ibid., pp. 77-78.

563.º do Código Civil¹³¹. Ora, tendo em conta as normas constitucionais que conferem proteção à família, os artigos 36., n.º 5, 67.º e 68.º a 72.º da Constituição da República Portuguesa, e as normas do Código Civil que as concretizam (artigos 1672.º, 1878.º); a imposição de deveres de conduta entre certos familiares, nomeadamente de assistência e cooperação (artigos 1674.º, 1675.º e 1874.º do Código Civil)¹³²; bem como a ampla tutela conferida pelo artigo 70.º do Código Civil à personalidade, que permite considerar “(...) como ofensa a direitos pessoais a perturbação da tranquilidade familiar decorrente das lesões graves de um dos seus membros”¹³³, é possível, para este autor, defender que os familiares mais próximos do lesado imediato são potencialmente titulares de um direito a indemnização por danos não patrimoniais nos casos de lesão corporal grave, face aos sofrimentos e angústias que tal situação lhes provoca¹³⁴.

Como este autor defende que o disposto no artigo 483.º, n.º 1 do Código Civil não afasta a ressarcibilidade de tais danos, a mesma deve ser analisada à luz do artigo 496º, n.º 1 do Código Civil, que regula a ressarcibilidade dos danos não patrimoniais em geral (de acordo com o critério da sua gravidade), e não segundo o artigo 496º, n.ºs 2 e 4, que apenas regulam as indemnizações por danos não patrimoniais em caso de morte. Assim, como não se pode duvidar da gravidade dos referidos danos não patrimoniais dos familiares do lesado imediato nos casos de lesão corporal grave, os mesmos seriam indemnizáveis, ao abrigo do disposto no artigo 496º, n.º 1 do Código Civil¹³⁵. No entanto, este autor defende que o círculo de pessoas que poderão reclamar tal indemnização deve ser restringido aos sujeitos previstos no artigo 496.º, n.º 2 do Código Civil, tendo em conta a proximidade que se verifica entre as duas situações, em nome da segurança jurídica¹³⁶.

A posição deste autor pode parecer, à primeira vista, contrária à posição da nossa doutrina tradicional quanto à ressarcibilidade dos danos reflexos, referida em 2.4, segundo a qual decorre do artigo 483.º, n.º 1 do Código Civil que, em regra, só gozam de tutela indemnizatória os titulares dos direitos subjetivos ou interesses abrangidos por uma norma de proteção que foram atingidos pelo evento lesivo, e não os terceiros que, apesar de não sofrerem qualquer lesão nos direitos subjetivos ou nos interesses abrangidos por uma norma

¹³¹ Ibid., p. 77.

¹³² Vide as considerações que tecemos supra, em 4.3, sobre a possibilidade de fundar o direito de indemnização do familiar da vítima de lesão corporal na violação de direitos familiares.

¹³³ Cf. ABRANTES GERALDES, *Temas da...*, II Volume, cit., p. 84.

¹³⁴ Ibid., pp. 81-90.

¹³⁵ Ibid., pp. 75-77.

¹³⁶ Ibid., pp. 86-88. O autor acaba assim por restringir, para este tipo de casos, o critério mais amplo de delimitação dos titulares do direito a uma indemnização em geral, por si enunciado, tal como referimos supra.

de proteção de que eles próprios são titulares, também sejam prejudicados por tal evento lesivo. No entanto, tendo em conta que o critério que propõe para a determinação do círculo dos sujeitos que têm direito a serem indemnizados em consequência de um evento lesivo implica que a esfera jurídica desses sujeitos seja tutelada por normas objetivamente violadas por esse mesmo evento lesivo, este autor parece defender, tal como a doutrina tradicional, o princípio segundo o qual, em regra, os titulares do direito a uma indemnização têm de possuir uma posição subjetiva juridicamente protegida que se mostre lesada pelo evento lesivo. Tal conclusão é confirmada pelo facto de, como referimos supra, Abrantes Geraldès invocar normas constitucionais e do Código Civil de proteção da família e do relacionamento familiar¹³⁷, a existência de direitos familiares que podem deixar de poder ser satisfeitos pela vítima corporal, bem como a tutela geral da personalidade, prevista no artigo 70.º do Código Civil, para justificar a ressarcibilidade do tipo de danos em causa.

4.5 O Acórdão de Uniformização de Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça de 16 de Janeiro de 2014 (Processo n.º 6430/07.0TBBRG) – A Interpretação Atualista dos Artigos 483.º, n.º 1 e 496.º, n.º 1 do Código Civil

Tal como já referimos supra, em 1., após a publicação da obra de Abrantes Geraldès sobre danos reflexos, algumas decisões jurisprudenciais seguiram o seu raciocínio, reconhecendo aos familiares do lesado imediato o direito de indemnização pelos danos não patrimoniais por eles sofridos nos casos de lesão corporal grave da qual não resulta a morte¹³⁸, enquanto que outras mantiveram-se fiéis à jurisprudência tradicional, recusando o reconhecimento de tal direito¹³⁹. Em consequência desta divergência jurisprudencial, foi proferido o já referido Acórdão de uniformização de jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça de 16 de janeiro de 2014 (Processo n.º 6430/07.0TBBRG).

Nesse Acórdão, o Supremo Tribunal de Justiça defendeu que os danos não patrimoniais dos familiares do lesado imediato nos casos de lesão corporal grave da qual não resulta a morte devem considerar-se indemnizáveis ao abrigo do disposto nos artigos 483.º, n.º 1 e 496.º, n.º 1, n.º 1 do Código Civil, tendo em conta a interpretação atualista que se deve fazer

¹³⁷ Vide a análise deste argumento supra, em 4.3.

¹³⁸ Cf., por exemplo, Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça de 26/05/2009 (Processo n.º 3413/03.2TBVCT), de 14/09/2010 (Processo n.º 267/06.0TBVCD), e de 28/02/2013 (Processo n.º 60/2001), disponíveis em www.dgsi.pt.

¹³⁹ Cf., por exemplo, Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 26/02/2004 (Processo n.º 4298/03), de 31/10/2006 (Processo n.º 3244/06) de 01/03/2007 (Processo n.º 4025/06), e de 17/09/2009 (Processo n.º 292/1999), disponíveis em www.dgsi.pt.

de tais preceitos. É importante assinalar que o Tribunal reconhece que os danos em causa são considerados por alguns como danos reflexos, e por outros como danos diretos. Todavia, o Tribunal acaba por não tomar posição quanto a essa questão, nem mesmo perante o concreto fundamento que aduz para justificar a ressarcibilidade de tais danos, uma vez que considera que a mesma é “mais terminológica do que concetual”, e inócua quanto à decisão a tomar perante o caso concreto¹⁴⁰.

Para defender a sua posição, o Tribunal começa por referir que todos os autores que se debruçam sobre a interpretação das leis defendem que se deve adotar uma interpretação atualista da lei, citando Baptista Machado, Oliveira Acensão, Ferrara e Manuel Andrade, bem como que a adoção de tal tipo de interpretação é expressamente prevista pelo artigo 9.º, n.º 1 do Código Civil, já que esta norma manda atender “às condições específicas do tempo em que a lei é aplicada”¹⁴¹. Tendo por base esse pressuposto, o Tribunal refere que quando o nosso Código Civil foi aprovado, em 1966, “a ideia de ressarcimento dos danos assentava fundamentalmente na culpa de outrem e, em casos muito limitados, no risco inerente a atividades perigosas”¹⁴², pelo que “[a] frequência com que não eram objeto de ressarcimento era muito grande e bem aceite pelo cidadão comum”. No entanto, nos dias de hoje “[a] responsabilidade civil, no domínio dos acidentes de viação, deixou de ser vista no prisma de quem age («aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem...»», refere o artigo 483.º) para o ser no prisma de proteção das vítimas”¹⁴³, tal como é demonstrado pelas Diretivas Comunitárias sobre seguro de responsabilidade civil que resulta da circulação de veículos automóveis (Diretivas n.º 72/166/CEE do Conselho de 24 de Abril de 1972, n.º 84/5/CEE do Conselho de 30 de Dezembro de 1983, e n.º 2005/14/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de Maio de 2005), bem como pelo diploma legal que transpôs a última dessas Diretivas (Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto). Assim, “passou a compreender-se mal e até a não se aceitar sem reservas, mesmo para além do domínio dos acidentes de viação, que a produção de danos não seja acompanhada de ressarcimento.”¹⁴⁴. Para além disso, o Tribunal destaca ainda que “no caso dos danos como o que aqui está em apreciação, estamos a lidar com sofrimentos intensíssimos, arrastando toda uma alteração de vida, com perda quase total de momentos positivos e de liberdade

¹⁴⁰ Cf. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 16/01/2014 (Processo n.º 6430/07.0TBURG), disponível em www.dgsi.pt, ponto 21..

¹⁴¹ Ibid., ponto 23..

¹⁴² Ibid., ponto 24..

¹⁴³ Ibid.

¹⁴⁴ Ibid.

pessoal”¹⁴⁵. Tendo em conta tais argumentos, o Tribunal conclui que se justifica “uma interpretação atualista do n.º1 do artigo 483.º e do n.º1 do artigo 496.º, em ordem a considerar ali tutelados este tipo de danos”¹⁴⁶.

No Acórdão reflete-se ainda sobre a delimitação subjetiva e objetiva dos danos que poderão ser indemnizados ao abrigo de tal interpretação atualista. Quanto à delimitação subjetiva, o Tribunal refere que a compensabilidade não pode alargar-se “a todos os que, chegados ao lesado, sofram com o que aconteceu a este”¹⁴⁷. Porém, ao contrário de Abrantes Geraldès¹⁴⁸, não delimita o círculo de sujeitos que podem reclamar esta indemnização de acordo com o disposto no artigo 496.º, n.º 2 do Código Civil, mas também não avança nenhum outro critério, limitando-se a referir que não existem dúvidas sobre a inclusão do familiar que, no caso sub judice, se encontra a reclamar a indemnização - o cônjuge do lesado imediato -, em tal círculo. Quanto ao limite objetivo, o Tribunal defende que o mesmo deve ser definido pela “particular gravidade”, tanto das lesões do lesado imediato, como do sofrimento do familiar¹⁴⁹.

Assim, o Supremo Tribunal de Justiça uniformizou jurisprudência nos seguintes termos: “Os artigos 483.º, n.º1 e 496.º, n.º1 do Código Civil devem ser interpretados no sentido de abrangerem os danos não patrimoniais, particularmente graves, sofridos por cônjuge de vítima sobrevivente, atingida de modo particularmente grave.”¹⁵⁰

Não duvidamos do pressuposto de base a partir do qual o Supremo Tribunal de Justiça parte, isto é, que se deve interpretar a lei com um espírito atualista, obedecendo ao disposto no artigo 9.º, n.º 1 do Código Civil¹⁵¹. cremos, no entanto, que a questão jurídica subjacente à ressarcibilidade dos danos em causa não coloca nenhum problema de interpretação atualista ou historicista dos artigos 483.º, n.º 1 e 496.º, n.º 1 do Código Civil. O que nos parece estar em causa nestas situações é saber se os familiares de um sujeito que é gravemente ferido, ficando a padecer de lesões graves e incapacitantes, também são diretamente atingidos num

¹⁴⁵ Ibid.

¹⁴⁶ Ibid.

¹⁴⁷ Ibid., ponto 25..

¹⁴⁸ Cf. supra, 4.4.

¹⁴⁹ Cf. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 16/01/2014 (Processo n.º 6430/07.0TBBRG), disponível em www.dgsi.pt, ponto 26.. Supomos que esta “particular gravidade”, quanto ao sofrimento do familiar, constitua uma gravidade superior àquela que já é exigida pelo artigo 496.º, n.º 1 do Código Civil.

¹⁵⁰ Ibid., ponto 28..

¹⁵¹ Vide, nesse sentido, BAPTISTA MACHADO, *Introdução ao...*, cit., pp. 190-191; OLIVEIRA ASCENSÃO, *O Direito...*, cit., pp. 402-406. Estes autores esclarecem que o facto de o artigo 9.º, n.º 1 do Código Civil também mandar atender às “circunstâncias em que a lei foi elaborada” não contende com a adoção da posição atualista, uma vez que esta é compatível com a consideração de elementos históricos como auxiliares de interpretação. A posição historicista é que seria inconciliável com consideração das circunstâncias específicas do momento em que a lei é aplicada.

direito subjetivo ou num interesse abrangido por uma norma de proteção de que eles próprios são titulares, tendo, por isso, direito a uma indemnização por danos não patrimoniais diretos, e não reflexos; ou, caso se conclua que tal posição subjetiva inexistente no nosso ordenamento jurídico, se ainda assim os sofrimentos que tal situação lhes provoca devem ser indemnizados como danos não patrimoniais reflexos, por via da interpretação extensiva da norma ínsita no artigo 496.º, n.º 4 do Código Civil (assim, a orientação atualista da interpretação poderia ser utilizada, quando muito, para justificar a interpretação extensiva desta última norma). Não questionando a regra que a doutrina maioritária retira do artigo 483.º, n.º 1 do Código Civil, segundo a qual apenas aquele que é titular de um direito subjetivo ou de um interesse abrangido por uma norma de proteção lesado pelo evento lesivo pode ser titular de um direito de indemnização - pelo que apenas nos casos excecionalmente previstos na lei poderão terceiros, isto é, sujeitos que não são titulares de nenhum direito subjetivo ou interesse abrangido por uma norma de proteção violado pelo evento lesivo, obter uma indemnização pelos danos que tal evento lesivo também lhes provoque¹⁵² -, nem defendendo a existência de uma violação de um direito subjetivo ou de um interesse protegido dos familiares do lesado imediato, parece-nos que o que materialmente resulta desta decisão do Supremo Tribunal de Justiça é a extensão da estatuição do artigo 496.º, n.º 4 do Código Civil aos casos em que o lesado imediato não morre, mas sofre lesões corporais graves, solução que padece das fragilidades apontadas supra em 4.2. O facto de o Tribunal exigir a verificação de um critério de gravidade excecional tanto face às lesões corporais, como face aos danos não patrimoniais dos familiares¹⁵³, reforça essa ideia, já que tal revela uma aproximação à posição de Vaz Serra, que apenas defende a ressarcibilidade dos danos não patrimoniais dos familiares do lesado imediato nos casos de lesão corporal grave quando se possa afirmar que os mesmos são tão graves como os que podiam resultar da morte daquele¹⁵⁴. Para além disso, o Tribunal acaba por reconhecer que “não podemos interpretar o artigo 496.º, n.º1 equiparando a vítima ao que lhe está afetivamente ligado. Passaria a ser regra a «pulverização» indemnizatória, em dissintonia com o princípio-base de que é àquela que assiste o direito à compensação”¹⁵⁵. Ou seja, o Tribunal acaba por reconhecer aquela regra geral que a nossa doutrina extrai do artigo 483.º, n.º 1 do Código Civil, que referimos anteriormente, admitindo, por isso,

¹⁵² Cf. supra, 2.4.

¹⁵³ Cf. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 16/01/2014 (Processo n.º 6430/07.0TBRRG), disponível em www.dgsi.pt, ponto 26.

¹⁵⁴ Cf. VAZ SERRA, *Anotação ao...*, cit., p. 15.

¹⁵⁵ Cf. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 16/01/2014 (Processo n.º 6430/07.0TBRRG), disponível em www.dgsi.pt, ponto 26.

implicitamente, que está a defender a existência de uma exceção a tal regra, tal como sucede, segundo a nossa doutrina, quanto à indemnização dos danos não patrimoniais dos familiares do lesado imediato nos casos de morte, de acordo com o disposto no artigo 496.º, n.º 4 do Código Civil¹⁵⁶.

5. Integração dos Danos Não Patrimoniais dos Familiares da Vítima de Lesão Corporal Grave nas Categorias do Dano Biológico ou do Dano Existencial?

Após a análise das diferentes posições que têm sido avançadas na nossa doutrina e na nossa jurisprudência quanto à questão da ressarcibilidade dos danos não patrimoniais dos familiares nos casos de lesão corporal grave, iremos avaliar a possível classificação de tais danos de acordo com as categorias do dano biológico e do dano existencial que foram criadas pela doutrina italiana, de forma a enquadrar a solução que assumiremos para aquela questão no capítulo seguinte.

5.1 A Categoria do Dano Biológico

No supra referido Acórdão de uniformização de jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça de 16 de janeiro de 2014 (Processo n.º 6430/07.0TBRRG), o conselheiro Sebastião Póvoas, na sua declaração de voto vencido, refere que o único dano do cônjuge da vítima de lesão corporal que poderia ser ressarcido seria um eventual dano biológico por este sofrido, traduzido na impossibilidade de exercer qualquer outra atividade que não cuidar da vítima e de desfrutar de uma vida conjugal normal, dano esse que seria próprio, e não reflexo¹⁵⁷.

Como referimos supra em 3.2, a figura do dano biológico nasceu da necessidade sentida pela doutrina e jurisprudência italianas de contornar o regime restritivo de ressarcibilidade de danos não patrimoniais que resulta do artigo 2059.º do Codice Civile. Segundo Albuquerque Matos, o dano biológico é um dano-evento, que se traduz em “ (...) alterações registadas no equilíbrio físico-psíquico, revistam estas natureza temporária ou permanente, e impliquem as mesmas repercussões totais ou parciais na estrutura psico-somática dos titulares dos direitos atingidos com a prática do facto ilícito.”, e que resulta, por isso, de uma “violação do direito à integridade físico-psíquica do respectivo titular”¹⁵⁸. Assim, tal dano implica sempre a

¹⁵⁶ Cf. supra, 2.4.

¹⁵⁷ Cf. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 16/01/2014 (Processo n.º 6430/07.0TBRRG), disponível em www.dgsi.pt.

¹⁵⁸ Cf. ALBUQUERQUERQUE MATOS, *Responsabilidade Civil...*, cit., p. 578.

existência de uma patologia física ou psíquica¹⁵⁹, comprovável em termos médico-legais¹⁶⁰. Tal dano-evento pode originar, como danos-consequência, tanto danos patrimoniais, como não patrimoniais¹⁶¹.

Sendo o dano biológico consequência, como se referiu, de uma lesão da integridade físico-psíquica, a jurisprudência e doutrina italianas consideram que o mesmo representa “um desrespeito pelo direito à saúde consagrado na Constituição”¹⁶². Assim, a ressarcibilidade do dano biológico fundamenta-se na conjugação entre o artigo 32.º da Constituição italiana, que consagra o direito à saúde, e a cláusula geral de previsão da responsabilidade civil do artigo 2043.º do Codice Civile, que determina o ressarcimento de qualquer dano injusto dolosa ou culposamente causado¹⁶³. Tendo em conta o regime restritivo do artigo 2059.º do Codice Civile e a necessidade de compensar adequadamente o lesado no caso concreto, os juristas italianos, inicialmente, ampliaram o conteúdo do conceito de dano patrimonial, abarcando, assim, danos-consequência que tradicionalmente não eram qualificáveis como danos patrimoniais na ressarcibilidade do dano biológico¹⁶⁴. De facto, para além da perda de rendimentos, como lucros cessantes, que a lesão da integridade físico-psíquica pode determinar, a doutrina e a jurisprudência italianas consideravam ainda como dano emergente o custo, determinado com base em critérios médico-legais, que a lesão corporal sofrida determina no quotidiano do lesado, como a maior dificuldade em se relacionar com outros, a necessidade de realizar mais esforços para efetuar certas tarefas/atividades, ou mesmo a impossibilidade de as realizar¹⁶⁵. No entanto, mais recentemente, alguma doutrina e alguma jurisprudência italiana têm entendido que o artigo 2059.º do Codice Civile não impede a ressarcibilidade de danos não patrimoniais que derivem da lesão de valores constitucionais inerentes à pessoa. Assim, de acordo com essa posição, os últimos danos-consequência supra referidos são qualificados como danos não patrimoniais, e são considerados ressarcíveis mesmo fora do âmbito do artigo 185.º do Codice Penale, isto é, mesmo nos casos em que o

¹⁵⁹ Cf. MARCO ROSSETI, *Il danno da lesione dalla salute*, cit. p. 829.

¹⁶⁰ Cf. ALBUQUERQUERQUE MATOS, *Responsabilidade Civil...*, cit., p. 578 e 587.

¹⁶¹ *Ibid.*, p. 578.

¹⁶² Cf. MARIA DA GRAÇA TRIGO, *Adopção do...*, cit., p. 150. Como refere GUIDO ALPA, os tribunais genoveses chegam mesmo a considerar equivalentes as expressões “lesione della salute”, “danno alla salute” e “dano biologico” – cf. *Trattato di Diritto Civile - IV - La Responsabilità Civile*, Giuffrè Editore, 1999, p. 632. Considerando também o “danno biologico” como um “dano alla salute”, vide MARCO ROSSETI, *Il danno...*, cit., pp. 828-831.

¹⁶³ Cf. MARIA DA GRAÇA TRIGO, *Adopção do...*, cit., p. 150; MASSIMO FRANZONI, *Trattato Della ...*, cit., pp. 397-411.

¹⁶⁴ Cf. MARIA DA GRAÇA TRIGO, *Adopção do...*, cit., p. 150; MASSIMO FRANZONI, *Trattato Della ...*, cit., pp. 411-414.

¹⁶⁵ Cf. MARIA DA GRAÇA TRIGO, *Adopção do...*, cit., pp. 164-166; MASSIMO FRANZONI, *Trattato Della ...*, cit., pp. 412-413.

evento lesivo não constitui um ilícito criminal¹⁶⁶.

A jurisprudência portuguesa tem-se referido à categoria do dano biológico em algumas decisões, configurando-o, tal como os juristas italianos, como o resultado de uma lesão física ou psíquica de um sujeito, isto é, da sua saúde¹⁶⁷.

Não temos dúvidas que a lesão corporal grave de um familiar próximo possa eventualmente originar, num sujeito, uma doença do foro psíquico, clinicamente comprovável, e, por isso, um dano que se possa caracterizar como dano biológico¹⁶⁸. Em tal caso, esse dano decorrerá da violação de um direito subjetivo próprio desse sujeito: o direito absoluto, de personalidade, à integridade física e psíquica, fundado na proteção conferida à personalidade pelo artigo 70.º, n.º 1 do Código Civil¹⁶⁹. Por isso, os danos-consequência emergentes de tal dano evento serão indemnizáveis como danos diretos ou próprios do lesado, ao abrigo da cláusula geral do artigo 483.º, n.º 1 do Código Civil. Não são, no entanto, esses os danos que constituem o objeto do nosso estudo, e cuja ressarcibilidade é discutida na nossa jurisprudência e na nossa doutrina. O que está em causa, efetivamente, são os danos relativos ao sofrimento e à dor que os familiares do fisicamente lesado sentem por o verem sofrer, bem como o sofrimento e a angústia decorrentes da alteração radical da vida dos familiares em consequência das limitações do fisicamente lesado e da assistência por vezes permanente que têm de lhe prestar, independentemente da existência ou não de uma doença do foro psíquico desses familiares, medicamente comprovável^{170 171}. Concluindo, os danos que constituem o objeto do nosso estudo não são subsumíveis na figura do dano biológico, tal como esta é

¹⁶⁶ Cf. MARIA DA GRAÇA TRIGO, *Adopção do...*, cit., p. 151, nota 12; MASSIMO FRANZONI, *Trattato Della ...*, cit., pp. 414-416.

¹⁶⁷ Vide, por exemplo, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 06/12/2011 (Processo n.º 52/06.0TBVNC), no qual se refere expressamente que “[a] indemnização a arbitrar pelo dano biológico sofrido pelo lesado - consubstanciado em relevantes limitações funcionais, inelutavelmente decorrentes das lesões físicas causadas (...)”, bem como o Acórdão do mesmo Tribunal de 21/03/2013 (Processo n.º 565/10.9TBPVL): “O dano biológico, dano corporal lesivo da saúde, está na origem de outros danos (danos-consequência) designadamente aqueles que se traduzem na perda total ou parcial da capacidade de trabalho.”, disponíveis em www.dgsi.pt. No mesmo sentido, vide Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça de 21/03/2013 (Processo n.º 565/10.9TBPVL), de 27/10/2009 (Processo n.º 560/09.0YFLSB), de 20/01/2010 (Processo n.º 203/99.9TBVRL), de 17/12/2009 (Processo n.º 340/03.7TBPNH) e de 20/05/2010 (Processo n.º 103/2002), também disponíveis em www.dgsi.pt. Uma vez que o nosso ordenamento jurídico não se apresenta tão restritivo em matéria de compensabilidade de danos não patrimoniais como o italiano, Maria da Graça Trigo entende que a utilidade da figura do dano biológico, entre nós, traduz-se no “significativo alargamento da compreensão do âmbito dos prejuízos efetivamente sofridos pelas vítimas de factos geradores de responsabilidade civil delitual.” - cf. MARIA DA GRAÇA TRIGO, *Adopção do...*, cit., p. 167.

¹⁶⁸ Nomeadamente nos casos designados pela doutrina e jurisprudência germânicas como de “choque nervoso” - cf. supra 3.4.

¹⁶⁹ Cf. HÖRSTER, *Teoria Geral...*, cit., pp. 259-260; CAPELO DE SOUSA, *O Direito Geral de Personalidade*, Coimbra Editora, 1995, p. 558.

¹⁷⁰ Cf. supra, 1..

¹⁷¹ Tal como referimos supra, em 4.2, já Vaz Serra fazia a distinção entre as situações em que ocorre uma doença psíquica do familiar e aquelas em que tal não se verifica. Cf. VAZ SERRA, *Anotação ao...*, cit., p.16.

caraterizada pelos juristas italianos, e tal como foi recebida pela jurisprudência portuguesa, pelo que essa figura jurídica não nos dá respostas sobre a ressarcibilidade ou não de tais danos no nosso ordenamento jurídico.

5.2 A Categoria do Dano Existencial

Como já referimos supra em 3.2., existe uma outra categoria de dano construída pela doutrina italiana (mais concretamente por Cendon, Gaudino e Ziviz, na década de 90¹⁷²) para ladear o regime restritivo da ressarcibilidade dos danos não patrimoniais do seu ordenamento jurídico: o dano existencial.

Tendo em conta a definição de danos existenciais que referimos supra em 3.2. – “alterações registadas na vida quotidiana dos lesados, em virtude de estes ficarem impedidos, na sequência da prática do facto lesivo, de se relacionarem e inter-agirem no plano comunitário nos termos em que o faziam até esse momento”¹⁷³ - facilmente se percebe que a autonomização desta categoria face à do dano biológico se pode tornar problemática, podendo a mesma ser encarada como uma mera consequência desta última^{174 175}. No entanto, os defensores da individualização do dano existencial configuram-no também como um dano-evento, que se distingue do dano biológico por extravasar, nas palavras de Cendon, a “(...) área pura e simples do dano à saúde”¹⁷⁶, não implicando necessariamente, por isso, uma patologia medicamente comprovável, ao contrário daquele¹⁷⁷. Para estes autores, o dano existencial deve ser visto “(...) como uma categoria geral e omnicomprensiva no universo dos danos pessoais (*danno alla persona*)”¹⁷⁸, ou seja, como um “(...) conceito residual idóneo para garantir a protecção face a ataques dirigidos a dimensões não patrimoniais da personalidade humana”¹⁷⁹. Assim, o dano biológico é que deveria ser enquadrado na categoria mais ampla do dano existencial¹⁸⁰.

Face ao modo como o dano existencial é caraterizado, concordamos com Carneiro da Frada quando afirma que esta figura traduz, por referência a um dado sujeito lesado, “(...) o

¹⁷² Cf. ALBUQUERQUE MATOS, *Responsabilidade Civil...*, cit., p. 586.

¹⁷³ Cf. ALBUQUERQUE MATOS, *Responsabilidade Civil ...*, cit., p. 586. Vide, no mesmo sentido, GERMANA LOFFARI, *L'Invalidazione del familiare ...*, cit., p. 1324.

¹⁷⁴ Cf. ALBUQUERQUE MATOS, *Responsabilidade Civil ...*, cit., p. 587.

¹⁷⁵ Quanto à distinção dos danos existenciais face aos danos não patrimoniais, vide as considerações feitas supra, em 3.2..

¹⁷⁶ Cf. CENDON, *Non di...*, cit. p. 1650.

¹⁷⁷ Cf. ALBUQUERQUE MATOS, *Responsabilidade Civil ...*, cit., pp. 587 e 588.

¹⁷⁸ Ibid., pp. 588 e 589.

¹⁷⁹ Ibid., p. 589, nota 1054.

¹⁸⁰ Ibid., p. 589.

constrangimento e a perda de qualidade da sua existência presente”¹⁸¹, tendo em conta “ (...) a pessoa como ser social cuja identidade se afirma e constrói de forma relevante no concreto da convivência humana ”¹⁸². Assim, seguimos também este autor quando defende que as consequências que a lesão corporal grave de um sujeito acarreta para os seus familiares próximos podem ser entendidas como danos existenciais¹⁸³, tal como também é defendido por alguma doutrina e jurisprudência italianas¹⁸⁴. Isto porque a lesão corporal grave de um sujeito, para além de determinar uma alteração radical das relações e das condições de vida desse indivíduo¹⁸⁵, pode também determinar uma alteração radical do relacionamento que os seus familiares tinham consigo, e com o plano comunitário em geral, antes da lesão¹⁸⁶. De facto, essa lesão corporal grave pode afetar o relacionamento familiar normal, tranquilo e feliz que se vivia até então, em várias vertentes, dependendo dos contornos concretos da lesão corporal: o cônjuge pode deixar de usufruir da afetividade (incluindo o relacionamento sexual), apoio emocional e cooperação nas responsabilidades familiares que eram garantidas pelo fisicamente lesado, o filho pode deixar de contar com o apoio afetivo, emocional e educacional do pai ou da mãe, os pais podem deixar de usufruir da alegria de verem o seu filho crescer de forma saudável, certas atividades de lazer antes realizadas em conjunto pela família podem deixar de ser possíveis... Ou seja, a lesão corporal grave pode originar a perda daqueles benefícios intangíveis que a doutrina e a jurisprudência norte-americanas caracterizam como companionship e consideram indemnizáveis ao abrigo da ação por loss of consortium¹⁸⁷. Para além disso, outras atividades (incluindo a atividade profissional) e projetos extrafamiliares podem ficar comprometidos pela eventual assistência permanente reclamada pelo estado de saúde do sujeito fisicamente lesado^{188 189}. Resumindo, a lesão corporal grave de um sujeito pode, como nos diz Cendon, “(...) impor (aos familiares) novas

¹⁸¹ Cf. CARNEIRO DA FRADA, *Nos 40 anos ...*, cit., p. 56.

¹⁸² Ibid.

¹⁸³ Ibid., pp. 52 e 56-57.

¹⁸⁴ Cf. supra, 3.2; ALBUQUERQUE MATOS, *Responsabilidade Civil ...*, cit., pp. 594-596; CENDON, *Non di ...*, cit., pp. 1650-1651; GERMANA LOFFARI, *L'Invalidazione ...*, cit., pp. 1320-1323.

¹⁸⁵ De facto, nas situações em análise pode considerar-se que o sujeito fisicamente lesado também sofre um dano existencial.

¹⁸⁶ No Acórdão de uniformização de jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça de 16/01/2014 (Processo n.º 6430/07.0TBRRG), alude-se expressamente a essa alteração radical das condições de vida dos familiares da vítima de lesão corporal grave – cf. supra, 4.5.

¹⁸⁷ Cf. supra, 3.5.

¹⁸⁸ O que efetivamente sucedeu, quanto ao abandono da atividade profissional, por exemplo nos casos subjacentes aos Acórdãos do Supremo Tribunal de 26 de fevereiro de 2004 (Processo n.º 03B3604); de 17 de setembro de 2009 (Processo 292/1999) e de 02-03-2011 (Processo n.º 1639/03.8 TBBNV), disponíveis em www.dgsi.pt.

¹⁸⁹ Vide, nesse sentido, CENDON, *Non di ...*, cit., p. 1651.

realidades de fundo, diferentes modalidades organizativas”¹⁹⁰. Assim, nesses casos, os familiares da vítima de lesão corporal grave perdem benefícios ou possibilidades de atuação relacionais-sociais de que desfrutavam antes da lesão corporal daquela, perda essa que se traduz, por isso, numa diminuição do seu nível de qualidade de vida, por comparação ao tempo anterior a essa lesão. Tal situação de perda enquadra-se, assim, na definição do conceito de dano existencial avançado pela doutrina italiana¹⁹¹ (para além de implicar, como danos-consequência, danos não patrimoniais, de acordo com a definição da nossa doutrina, traduzidos nos sofrimentos, desgostos e angústias que daí derivam¹⁹²).

Dissemos já que no ordenamento jurídico italiano os defensores da autonomização do dano existencial veem-no como um reduto da defesa de bens jurídicos da personalidade humana. No nosso ordenamento jurídico, cremos que a autonomização de semelhante categoria de danos, tendo em conta os seus contornos, também só poderá ser feita por referência à personalidade humana e à tutela que amplamente lhe é conferida pelo artigo 70.º do Código Civil, tal como defende Carneiro da Frada¹⁹³. Assim, teremos de analisar se os benefícios dos familiares que podem ser afetados com a lesão corporal grave de um membro da família, supra referidos, podem ser considerados com um bem da personalidade humana.

6. Os Danos Não Patrimoniais dos Familiares da Vítima de Lesão Corporal Grave Como Resultado da Lesão de um Bem da Personalidade – Posição Adotada

6.1 O Relacionamento Familiar Como um Bem da Personalidade

Pais de Vasconcelos define a personalidade simplesmente como “(...) a qualidade de ser pessoa”¹⁹⁴.

Para Capelo de Sousa, a personalidade humana juscivilistamente tutelada define-se como “(...) o real e o potencial físico e espiritual de cada homem em concreto, ou seja, o conjunto autónomo, unificado, dinâmico e evolutivo dos bens integrantes da sua materialidade física e do seu espírito reflexivo, sócio-ambientalmente integrados”¹⁹⁵. De acordo com este autor, essa

¹⁹⁰ Ibid.

¹⁹¹ Vide, no mesmo sentido, CARNEIRO DA FRADA, *Nos 40 anos ...*, cit., pp. 52 e 56-57; CENDON, *Non di ...*, cit., p. 1651;

¹⁹² Cf. *supra*, 2.1..

¹⁹³ Cf. CARNEIRO DA FRADA, *Nos 40 anos ...*, cit., pp. 53-56.

¹⁹⁴ Cf. PAIS DE VASCONCELOS, *Direito Geral de Personalidade*, Almedina, 2006, p. 5.

¹⁹⁵ Cf. CAPELO DE SOUSA, *O Direito ...*, cit., p. 117.

realidade divide-se em dois grandes pólos. Assim, ela traduz-se, desde logo, numa “organização somático-psíquica, cuja tutela encontra aliás tradução na ideia de «personalidade física» do art. 70.º do Código Civil, organização essa que é composta não só por bens ou elementos constitutivos (v.g. a vida, o corpo e o espírito), mas também por funções (v.g. a função circulatória e a inteligência), por estados (p. ex. a saúde, o prazer e a tranquilidade) e por forças, potencialidades e capacidades (os instintos, os sentimentos, a inteligência, o nível de educação, a vontade, a fé, a força de trabalho, a capacidade criadora, o poder de iniciativa, etc.).”¹⁹⁶. Mas, para Capelo de Sousa, a personalidade humana juscivilisticamente tutelada implica também “ (...) uma estrutura mais alargada, de teor relacional, sócio-ambientalmente inserida e que abarca dois pólos interactivos: o «eu» (...) e o mundo (...), tudo o que se encontra igualmente protegido na ideia de «personalidade moral» do art. 70.º do Código Civil, de modo a abranger, nomeadamente, bens ou valores como a liberdade, a igualdade, a participação, a honra e a reserva.”¹⁹⁷.

Menezes Cordeiro decompõe a personalidade em vários bens de personalidade, entendendo que estes “(...) correspondem a aspectos específicos de uma pessoa, efectivamente presentes, e susceptíveis de serem disfrutados pelo próprio”¹⁹⁸. O autor agrupa esses vários bens de personalidade em três áreas: ser humano biológico, ser humano moral e ser humano social. A primeira abarcaria a “ (...) vida, integridade física, saúde, necessidades vitais (sono, repouso, alimentação, vestuário), etc.”, a segunda a “ (...) integridade moral, identidade, nome, imagem, intimidade, etc.”, e a última a “ (...) família, bom nome e reputação, respeito, etc.”¹⁹⁹. Assim, tal como Capelo de Sousa, este autor também divide a personalidade entre aspetos individualistas e aspetos relacionais, incluindo nestes últimos, especificamente, a família. Menezes Cordeiro chega mesmo a afirmar que “[a] família, na sequência de dados psicológicos, sociológicos, morais e culturais em que não cabe agora insistir, constitui um alargamento primordial das esferas das pessoas. (...) Um reconhecimento da personalidade humana sem o da família não seria possível; impõe-se, pois, a conexão.”²⁰⁰

Carneiro da Frada também reconhece essa dimensão relacional da pessoa, “(...) como

¹⁹⁶ Ibid., p. 200.

¹⁹⁷ Ibid.

¹⁹⁸ Cf. MENEZES CORDEIRO, Tratado de Direito Civil Português, I - Parte Geral - Tomo III - Pessoas, Almedina, 2004, p. 78.

¹⁹⁹ Ibid.

²⁰⁰ Cf. MENEZES CORDEIRO, Tratado de Direito Civil Português, I – Parte Geral - Tomo I - Introdução, Fontes do Direito, Interpretação da Lei, Aplicação da Lei no Tempo, Doutrina Geral, 3.ª ed., Almedina, 2005, pp. 389-390.

família, como amor, como amizade, em suma, enquanto cume de uma teia de relações que a co-constituem enquanto pessoa e sem a qual ela não pode ser pensada na sua autêntica realidade.”²⁰¹.

Não podemos deixar de concordar com estes autores quando integram esse conteúdo relacional na essência da personalidade. Como se sabe, vem já desde Aristóteles a consciência de que faz parte da natureza do Homem a sociabilidade²⁰², pelo que fora de uma comunidade este não pode atingir uma “ (...) existência materialmente e espiritualmente feliz”²⁰³. Ou seja, o Homem não se realiza plenamente, enquanto ser humano, sozinho, apenas podendo alcançar essa realização plena se estiver integrado numa comunidade. De facto, a existência e a importância dessa dimensão relacional da nossa essência revela-se no dia-a-dia de qualquer ser humano.

Aquele filósofo da antiguidade clássica entende também que “ (...) a família é o primeiro quadro da sociabilização do ser humano”²⁰⁴. Nesse sentido, Leite Campos refere que “[é] na família que cada um primeiro se apercebe da sua incompletude radical e se humaniza no intercâmbio constante com os outros. Completando-se.”²⁰⁵. Sobre essa função da família, Pereira Coelho/Guilherme de Oliveira consideram que “(...) a família é hoje o grande mediador cultural, nela se operando, como alguém escreveu, o «segundo nascimento» do homem, ou seja, o seu nascimento como personalidade sócio-cultural, depois do seu «primeiro nascimento» como indivíduo físico.”²⁰⁶. Para além de a família constituir essa primeira fonte da dimensão relacional do ser humano, podemos também afirmar que, ao longo da vida, continua a ser no seu seio que se constroem e experienciam as relações mais fortes do indivíduo. A nossa própria Constituição refere expressamente que a família é um “elemento fundamental da sociedade” (cf. artigo 67.º, n.º 1), reconhecendo, por isso, “ (...) que o harmonioso desenvolvimento do ser humano não pode ser dissociado das relações estabelecidas na família.”²⁰⁷

Tendo em conta o exposto, cremos que não podemos deixar de considerar o relacionamento familiar são, tranquilo e pleno, isto é, um relacionamento que permita ao

²⁰¹ Cf. CARNEIRO DA FRADA, *Nos 40 anos ...*, cit. p. 57

²⁰² Cf. ANDRÉ CRESSON, Aristóteles, tradução de Emanuel Godinho, edições 70, pp. 86-87.

²⁰³ Cf. NICOLA ABBAGNANO, *História da Filosofia*, Volume I, tradução de António Borges Coelho, Franco de Sousa, Manuel Patrício, 3.ª ed., Editorial Presença.

²⁰⁴ Cf. LEITE DE CAMPOS, *Nós - Estudos sobre o Direito das pessoas*, Almedina, 2004, p. 165

²⁰⁵ *Ibid.*

²⁰⁶ Cf. PEREIRA COELHO/GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de ...*, cit., p. 101.

²⁰⁷ Cf. RUI MEDEIROS, Art. 67.º, in JORGE MIRANDA/RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo I – Introdução, Preâmbulo, Artigos 1.º a 79.º, 2.ª ed., Coimbra Editora, 2010, p. 1360.

sujeito desfrutar, em concreto, de todas as vantagens que a relação familiar em causa tem a virtualidade de lhe proporcionar – a afetividade, o apoio emocional, a cooperação, o apoio educacional, a partilha de momentos de lazer e de alegria –, como um bem da personalidade do ser humano, na sua vertente relacional²⁰⁸, pelo que as perturbações do mesmo terão de ser consideradas como lesões à personalidade do indivíduo²⁰⁹. Importa precisar que o conceito de relacionamento familiar a que nos estamos a referir deve ser entendido como englobando apenas as relações que se estabelecem na designada “pequena família”, isto é, “(...) normalmente a família conjugal, constituída pelos cônjuges e pelos filhos menores.”²¹⁰, uma vez que, no nosso espaço sócio-cultural, é no seio deste grupo social que se desenvolve e exprime de forma mais relevante a dimensão relacional do ser humano, nos termos supra referidos, pois é com esse núcleo que quotidianamente o indivíduo partilha a sua vida^{211 212}. Assim, as situações de lesão corporal grave, podendo determinar uma alteração radical do relacionamento familiar que aqueles familiares próximos mantinham com o sujeito fisicamente lesado, deteriorando as suas virtualidades, tal como se referiu supra em 5.2, podem representar, para esses familiares, uma lesão de um bem da sua personalidade-relacional²¹³.

6.2 A Tutela Jurídica do Relacionamento Familiar Enquanto Bem da Personalidade

O nosso ordenamento jurídico, através da cláusula geral do artigo 70.º, n.º 1 do Código Civil, atribui uma tutela geral à personalidade, protegendo qualquer dimensão da mesma ou bem que represente uma sua manifestação²¹⁴.

²⁰⁸ Como já referimos supra, Menezes Cordeiro também considera que a família integra a área da personalidade do ser humano social: cf. MENEZES CORDEIRO *Tratado de...*, I – Parte Geral - Tomo III, cit., p. 78.

²⁰⁹ Alguma jurisprudência italiana configura essas perturbações como uma violação do “direito à serenidade familiar” – cf. supra, 3.2; JUAN ANTONIO MORENO MARTÍNEZ, *Daños Indirectos...*, cit., p. 30, nota 40.

²¹⁰ Cf. PEREIRA COELHO/GUILHERME DE OLIVEIRA, Curso de ..., cit., p. 99. Apesar de a união de facto não constituir uma relação jurídica familiar, poderá questionar-se se a mesma não poderá ser considerada como uma relação pertencente à “pequena família” em termos sociais, face à sua crescente relevância na nossa sociedade, que já levou o legislador a equiparar os unidos de facto aos cônjuges para alguns efeitos previstos na lei (cf. artigos 496.º, n.º 3, 2019.º e 2020.º do Código Civil). Tendo isso em conta, tendemos a responder de forma afirmativa. No entanto, uma análise cabal sobre essa questão só poderá ser efetuada no âmbito do Direito da Família, pelo que não cabe aqui realizá-la.

²¹¹ Ibid., pp. 99-101.

²¹² É também deste modo que Yvonne Lambert-Faivre delimita o círculo de sujeitos que poderão sofrer um préjudice d’accompagnement – cf. YVONNE LAMBERT-FAIVRE, *Droit du...*, cit., pp. 298-299.

²¹³ Vide, no mesmo sentido, CARNEIRO DA FRADA, *Nos 40 anos ...*, cit. p. 57.

²¹⁴ No mesmo sentido, vide CARLOS MOTA PINTO, Teoria Geral do Direito Civil, 4ª ed., por António Pinto Monteiro/Paulo Mota Pinto, Coimbra editora, 2005, p. 101; CAPELO DE SOUSA, *O Direito ...*, cit., p. 557; PAIS DE VASCONCELOS, *Direito Geral ...*, cit., pp. 125-126; MENEZES CORDEIRO, *Tratado...* - I - Parte Geral - Tomo III, cit., pp. 81-82; OLIVEIRA ASCENSÃO, *Direito Civil - Teoria Geral*, Vol. I, 2.ª ed., Coimbra Editora, 2000, p. 80; HÖRSTER, *Teoria Geral ...*, cit., pp. 259-260; ORLANDO DE CARVALHO, Teoria

Tendo em conta essa tutela global da personalidade, alguns autores acolheram a teoria germânica do direito geral de personalidade²¹⁵. De acordo com essa corrente doutrinal, daquela norma extrai-se “(...) o reconhecimento da personalidade humana (...) como objecto jurídico directo, autónomo, geral e unitário de uma tutela juscivilística abarcando responsabilidade civil e outras providências jurisdicionais.”²¹⁶, pelo que existe no nosso ordenamento jurídico um direito geral de personalidade, com semelhante objeto, e que constitui um verdadeiro direito subjetivo absoluto²¹⁷. Os direitos de personalidade especificamente previstos na lei, por exemplo nos artigos 72.º a 80.º do Código Civil, seriam manifestações de bens parcelares da personalidade que, pela sua especificidade, reclamam um regime com determinadas regras especiais, mas que nem por isso se deixam de fundamentar no “direito-fonte”, isto é, no direito geral de personalidade, sendo-lhes, assim, aplicáveis as regras gerais dos artigos 70.º, 71.º e 81.º do Código Civil, em tudo quanto aquelas não regularem²¹⁸. Por outro lado, os direitos sobre bens parcelares da personalidade construídos por via doutrinal ou jurisprudencial, como direito à honra e ao bom nome, por exemplo, reconduzir-se-iam diretamente ao direito geral de personalidade, pois constituem apenas “(...) arquetipizações construcionais ou sistemático-doutrinárias, em função de objectos parcelarizáveis adentro do bem jurídico geral da personalidade e como tais valorizáveis especificadamente.”, não existindo quaisquer normas especiais que se lhes apliquem, mas tão só o regime regra dos artigos 70.º, 71.º e 81.º do Código Civil²¹⁹.

Nesta perspetiva, identificando-se o relacionamento familiar são, tranquilo e pleno (tal como o definimos supra, em 6.1) como um bem da personalidade, a sua lesão, face aos familiares da vítima de lesão corporal grave, implicaria sempre uma violação do seu direito

Geral do Direito Civil, 3.ª ed., coordenação: Francisco Liberal Fernandes/Maria Raquel Guimarães/Maria Regina Redinha, Almedina, 2012, pp. 202-203, 240-242.

²¹⁵ Vide, por exemplo, ORLANDO DE CARVALHO, *Teoria Geral*..., cit., pp. 202-207; CAPELO DE SOUSA, *O Direito* ..., cit., máxime, pp. 605-627; HÖRSTER, *Teoria Geral* ..., cit., p. 259 e s.; ÁLVARO DIAS, *Procriação Assistida e Responsabilidade Médica*, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 21, Coimbra Editora, 1996, pp. 135 e s.; ÁLVARO DIAS, *Dano Corporal - Quadro Epistemológico e Aspectos Ressarcitórios*, Almedina, 2001, pp. 397 e s.; PAULO MOTA PINTO, *O Direito à Reserva Sobre a Intimidade da Vida Privada*, in *Boletim da Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra*, Vol. LXIX, 1993, pp. 490-504.; PAIS DE VASCONCELOS, *Direito Geral* ..., cit., pp. 61-77; SINDE MONTEIRO, *Responsabilidade por* ..., cit., pp. 223-237.

²¹⁶ Cf. CAPELO DE SOUSA, *O Direito* ..., cit., p. 557.

²¹⁷ Cf. CAPELO DE SOUSA, *O Direito* ..., cit., pp. 606-619; PAIS DE VASCONCELOS, *Direito Geral* ..., cit., p. 64.

²¹⁸ Cf. CAPELO DE SOUSA, *O Direito* ..., cit., p. 557-560; PAIS DE VASCONCELOS, *Direito Geral* ..., cit., pp. 64-68. Segundo este último autor, não estão em causa direitos subjetivos autónomos, mas apenas poderes jurídicos integrados no direito geral de personalidade.

²¹⁹ Cf. CAPELO DE SOUSA, *O Direito* ..., cit., p. 561. No mesmo sentido, vide PAIS DE VASCONCELOS, *Direito Geral* ..., cit., pp. 64-68, 125-126; Hörster, *Teoria Geral* ..., cit., pp. 259-260.

geral de personalidade, quer se entenda que esse bem da personalidade tem autonomia suficiente para se considerar objeto de um direito especial de personalidade jurisprudencialmente ou doutrinariamente construído, quer não. O direito geral de personalidade, por conferir ao seu titular, de modo exclusivo, “ (...) o uso, fruição, reivindicação e autodeterminação (...)”²²⁰ do bem global da personalidade, permite-lhe exigir de todos os outros sujeitos o seu respeito, sendo, por isso, como já referimos, para além de subjetivo, um direito absoluto, dotado de eficácia erga omnes²²¹. Assim, o sofrimento e a angústia que a perda de um relacionamento familiar são, tranquilo e pleno, tal como o definimos supra em 6.1, implica para os familiares próximos (isto é, aqueles que constituem a “pequena família”, que quotidianamente partilham a sua vida com o lesado²²²) nas situações de lesão corporal grave, seriam danos não patrimoniais indemnizáveis ao abrigo dos artigos 483.º, n.º 1 e 496.º, n.º 1 do Código Civil, em conjugação com o disposto no artigo 70.º, n.ºs 1 e 2 do mesmo diploma, por resultarem da violação de um direito subjetivo e absoluto da sua própria esfera jurídica; ou seja, seriam indemnizados como danos “próprios” ou diretos, e não como danos reflexos²²³.

Porém, a teoria do direito geral de personalidade não é consensual entre nós. Para Oliveira Ascensão, a afirmação de tal figura implicaria considerar “(...)o homem objeto de si mesmo, o que é uma impossibilidade lógica.”²²⁴. No entanto, este autor não nega que do artigo 70.º, n.º 1 do Código Civil se extrai o princípio segundo o qual todas as dimensões da personalidade humana são juridicamente tuteladas²²⁵. A operacionalização dessa tutela geral consistiria “(...) na derivação a partir daquele princípio de concretos direitos de personalidade.”, ou seja, as várias dimensões da personalidade humana seriam tuteladas através do reconhecimento de direitos “caso a caso”, ou “tipo a tipo”, com base no artigo 70.º, n.º 1 do Código Civil, em regime de *numerus apertus*²²⁶. Menezes Cordeiro rejeita igualmente a figura do direito geral de personalidade, desde logo por não ser tecnicamente possível reconhecê-lo, uma vez que, tendo um objeto indefinido, não se enquadraria “(...) na natureza específica que sempre acompanha qualquer direito subjetivo.”²²⁷. Para além disso, perante o seu conteúdo geral e indefinido, não seria possível “ (...) uma aplicação pura e simples e

²²⁰ Cf. CAPELO DE SOUSA, *O Direito ...*, cit., p. 616.

²²¹ Cf. CAPELO DE SOUSA, *O Direito ...*, cit., pp. 606-619.

²²² Cf. supra, 6.1.

²²³ Cf. supra, 2.4.

²²⁴ Cf. OLIVEIRA ASCENSÃO, *Direito Civil...*, Vol. I, cit., p. 87.

²²⁵ Ibid., pp. 80-81 e 88.

²²⁶ Ibid., pp. 88-89.

²²⁷ Cf. MENEZES CORDEIRO, *Tratado ...*, I - Parte Geral - Tomo III, cit., p. 81.

comum do regime próprio dos direitos subjetivos.”²²⁸. Assim, este autor também defende que o artigo 70.º do Código Civil consiste numa regra geral de proteção da qual decorrem os direitos de personalidade que correspondem aos vários bens de personalidade, não existindo, assim, um grupo fechado de direitos de personalidade²²⁹. Face aos argumentos apresentados pelos dois autores referidos, tendemos a concordar com a sua posição. Assim, de acordo com esta perspetiva, poderemos encontrar um direito subjetivo de personalidade que tenha como objeto o bem de personalidade que delimitámos, o relacionamento familiar são, tranquilo e pleno?

Sabemos que a noção de direito subjetivo está longe de ser consensual na doutrina^{230 231}. No entanto, tendo em conta a tutela geral da personalidade que se extrai do artigo 70.º do Código Civil, que implica que qualquer manifestação da personalidade seja protegida pela ordem jurídica - o que também é assumido pelos autores que negam a existência do direito geral de personalidade, como se referiu -, cremos que ninguém negará que os diferentes bens da personalidade são tutelados no nosso ordenamento jurídico através de direitos (subjetivos) de personalidade específicos que os têm como objeto. Assim, podemos concluir que o bem da personalidade que isolámos, o relacionamento familiar são, tranquilo e pleno, tal como o definimos supra em 6.1, constitui o objeto de um direito de personalidade específico, que designaríamos precisamente como o direito de personalidade ao relacionamento familiar são,

²²⁸ Ibid..

²²⁹ Ibid., pp. 81-82.

²³⁰ Sobre a história da evolução do conceito, vide MENEZES CORDEIRO, *Tratado de...*, I - Parte Geral - Tomo I, cit., pp. 311-330; ANA MIRANDA BARBOSA, *Do Nexo de Causalidade ao Nexo de Imputação - Contributo para a compreensão da natureza binária e personalística do requisito causal ao nível da responsabilidade civil extracontratual*, Volume II, Princípio, 2013, pp. 1307-1350.

²³¹ Vide, por exemplo, a diferença entre a definição apresentada por Carlos Mota Pinto e aquela que é construída por Oliveira Ascensão. O primeiro define direito subjetivo como “(...) o poder jurídico (reconhecido pela ordem jurídica a uma pessoa) de livremente exigir ou pretender de outrem um comportamento positivo (acção) ou negativo (omissão) ou de por um acto livre de vontade, só de per si ou integrado por um acto de autoridade pública, produzir determinados efeitos jurídicos que inevitavelmente se impõe a outra pessoa (contraparte ou adversário).” – cf. CARLOS MOTA PINTO, *Teoria Geral ...*, cit., pp. 178-179. Pondo esta definição a tónica na vontade do titular do direito, na sua autonomia privada, como o próprio autor assume, nota-se que a mesma se inspira na teoria da vontade de Savigny. Já Oliveira Ascensão caracteriza o direito subjetivo como “(...) uma posição concreta de vantagem de pessoas individualmente consideradas, resultante da afectação de meios jurídicos para permitir a realização de fins que a ordem jurídica aceita como dignos de protecção.” – cf. OLIVEIRA ASCENSÃO, *Direito Civil - Teoria Geral*, Vol. III, Coimbra Editora, 2002, p. 79. Esta definição, ao dar relevo aos fins que uma posição de vantagem permite atingir, parece-nos inspirada na teoria do interesse de Ihering – nesse sentido, vide ANA MIRANDA BARBOSA, *Do nexo de Causalidade ...*, cit., pp. 1349-1350. Congregando influências tanto da teoria da vontade como da teoria do interesse, temos a definição avançada por Menezes Cordeiro: “permissão normativa específica de aproveitamento de um bem.” – cf. MENEZES CORDEIRO, *Tratado de...*, I - Parte Geral - Tomo I, cit., p. 332. De facto, a palavra permissão traduz uma ideia de liberdade individual, subjacente à teoria da vontade. Por outro lado, a referência a um bem, tendo em conta que este “se define correntemente como algo que é susceptível de satisfazer necessidades humanas”, permite conexionar o direito e o interesse – cf. ANA MIRANDA BARBOSA, *Do nexo de Causalidade ...*, cit., p. 1346.

tranquilo e pleno²³².

Uma vez que qualquer sujeito pode violar os direitos de personalidade, estes permitem ao seu titular exigir a qualquer um o seu respeito. Assim, os direitos de personalidade são absolutos, dispondo de uma eficácia erga omnes²³³. Por isso, reconhecendo que o relacionamento familiar são, tranquilo e pleno constitui um bem da personalidade, tutelado por um direito de personalidade, a violação de tal direito que o facto que determina a lesão corporal grave de um familiar próximo pode implicar para um determinado sujeito, habilita-o a ser indemnizado pelos danos não patrimoniais decorrentes da lesão desse direito de personalidade, nos termos dos artigos 483.º, n.º 1 e 496.º, n.º 1 do Código Civil, em conjugação com o disposto no artigo 70.º do mesmo diploma. Assim, seguindo a posição que nega a existência de um direito geral de personalidade, também chegamos à conclusão que tais danos podem ser indemnizados no nosso ordenamento jurídico, como danos “próprios” ou diretos, e não como danos reflexos, uma vez que resultam da violação de um direito subjetivo absoluto pertencente à própria esfera jurídica dos familiares da vítima de lesão corporal grave. Deste modo, afastam-se os argumentos utilizados pela jurisprudência tradicional para rejeitar a ressarcibilidade dos danos não patrimoniais dos familiares próximos da vítima de lesão corporal grave²³⁴, uma vez que o requisito da ilicitude também se verifica direta e individualmente perante os mesmos.

Os danos não patrimoniais que decorrem da violação desse direito de personalidade são o sofrimento e a angústia derivada da perda dos benefícios de um relacionamento familiar são, tranquilo e pleno com o sujeito fisicamente lesado, de que os familiares podiam usufruir antes da lesão corporal deste, tal como os ilustramos supra em 5.2. A perda desses benefícios intangíveis pode incluir-se, por isso, na categoria francesa do *préjudice d'accompagnement*²³⁵, uma vez que também traduz uma perturbação da vida quotidiana dos familiares. cremos que a dor que os familiares sentem por verem o seu ente querido sofrer, o *préjudice d'affection*²³⁶, também se pode considerar englobada na lesão daquele bem da personalidade, uma vez que tal dor poderá ser sentida regularmente pelos familiares

²³² No mesmo sentido deste raciocínio de determinação de direitos de personalidade, vide MENEZES CORDEIRO, *Tratado...* - I - Parte Geral - Tomo III, cit., p. 80: “O direito (subjectivo) de personalidade parece determinado pela possibilidade de, com condicionamentos histórico-culturais, programáticos e técnicos, ser possível isolar bens de personalidade.”.

²³³ Cf. OLIVEIRA ASCENSÃO, *Direito Civil...*, vol. I, cit., p. 91; MENEZES CORDEIRO, *Tratado...*, I - Parte Geral - Tomo III, cit., pp. 95-96.

²³⁴ Cf. supra, 4.1.

²³⁵ Cf. supra, I. e 3.1..

²³⁶ Ibid.

próximos, ao verem o seu ente querido debater-se diariamente com as dificuldades e com os sofrimentos originados pelas sequelas da lesão corporal grave, sendo, por isso, também o resultado da perda de um benefício intangível do relacionamento familiar são, tranquilo e pleno de que desfrutavam com a vítima de lesão corporal grave até então: o benefício de o seu ente querido ser uma pessoa saudável. Configurando o préjudice *d'affection* com este sentido, segundo o qual o mesmo também revela uma perturbação na vida quotidiana (sentimental) dos familiares próximos, não se pode dizer que o mesmo assuma autonomia face ao préjudice *d'accompagnement*, sendo, por isso, englobado por essa categoria. Assim, conclui-se que todos esses danos constituem verdadeiros danos em sentido jurídico, uma vez que resultam da lesão de um bem juridicamente protegido²³⁷.

Dissemos que o relacionamento familiar que deveria ser considerado como um bem da personalidade era apenas aquele que se estabelecia entre os membros que compõem a “pequena família”, isto é, aquele núcleo com o qual o sujeito quotidianamente partilha a sua vida²³⁸, pelo que somente esses familiares poderão ser lesados no bem e no direito de personalidade que identificámos, encontrando-se assim delimitado o círculo dos sujeitos que, para além do fisicamente lesado, poderão reclamar uma indemnização²³⁹.

6.3 Nexo de Causalidade Entre o Facto que Determina a Lesão Corporal Grave e os Danos Não Patrimoniais dos Familiares da Vítima de Lesão Corporal Grave

Na nossa doutrina e na nossa jurisprudência não se questiona a verificação do nexos de causalidade entre o facto que determina a lesão corporal grave e os danos não patrimoniais dos familiares da vítima de tal lesão. Cremos que a verificação do nexos de causalidade entre esse facto e os danos que considerámos indemnizáveis supra, em 6.2, tal como o mesmo é previsto no artigo 563.º do Código Civil e é caracterizado pela nossa doutrina e pela nossa jurisprudência maioritárias²⁴⁰, não suscita dificuldades de maior, razão pela qual faremos uma

²³⁷ Cf. supra, 2.1.

²³⁸ Cf. supra, 6.1.

²³⁹ O que constitui, tal como vimos supra em 4., uma preocupação tanto da doutrina como da jurisprudência que, entre nós, se pronunciam de forma favorável à ressarcibilidade dos danos objeto do nosso estudo. Este critério que adotamos também é defendido por Yvonne Lambert-Faivre – cf. YVONNE LAMBERT-FAIVRE, *Droit du...*, cit., p. 299.

²⁴⁰ A nossa doutrina e jurisprudência maioritárias entendem que a norma do artigo 563.º do Código Civil consagra a teoria da causalidade adequada, que também implica a verificação da causalidade em concreto, através da teoria da *conditio sine qua non* – cf. ANTUNES VARELA, *Das obrigações ...*, Vol. I cit., pp. 898-901; ALMEIDA COSTA, *Direito das ...*, cit., 12.ª ed., pp. 766-767; RIBEIRO DE FARIA, *Direito das...*, Primeiro Volume cit., pp. 505-506; MENEZES CORDEIRO, *Tratado de...*, II – Direito das Obrigações – Tomo III, cit., p. 549 (embora este último não defenda exatamente essa posição, dá-nos conta que tem sido esse o caminho seguido pela jurisprudência); MENEZES LEITÃO, *Direito das...*, cit., pp. 313.

análise sumária desse requisito da responsabilidade civil. Os danos referidos são, em concreto, causados pelo facto, pois não se produziriam se aquele não se verificasse (teoria da *conditio sine qua non*)²⁴¹. Para além disso, esse facto constitui também, em abstrato, causa adequada desses danos, independentemente da formulação da teoria da causalidade adequada, negativa ou positiva, que adotarmos²⁴². Aplicando a formulação negativa, constatamos que o facto lesivo aumenta a probabilidade de os familiares afetivamente mais próximos da vítima de lesão corporal – aqueles que com esta partilham quotidianamente a sua vida - verem prejudicadas, em alguma medida, as vantagens do relacionamento familiar são, tranquilo e pleno de que desfrutavam com a vítima de lesão corporal até então. Aplicando a formulação positiva, podemos afirmar que é normal que de um facto idóneo a determinar lesões corporais graves num sujeito, resulte também a diminuição das vantagens do relacionamento familiar são, tranquilo e pleno que aqueles seus familiares próximos mantinham consigo. De facto, quando um sujeito é fisicamente atingido, sabemos que, em princípio, ele estará inserido numa “pequena família”²⁴³, pelo que essa lesão também poderá afetar, nos termos já referidos supra em 5.2 e 6.2, os membros desse núcleo. O Direito não poderá deixar de conferir relevância a essa tipicidade social.²⁴⁴.

A circunstância de o facto não ser a causa imediata da perda do relacionamento familiar são, tranquilo e pleno, tal como o é face às lesões da vítima corporal, não implica a rejeição do nexo de causalidade. Na verdade, não é o facto que diretamente origina os danos não patrimoniais dos familiares. O estado de saúde em que a vítima corporal é colocada é que causa, de forma imediata, a lesão do relacionamento familiar são, tranquilo e pleno, e os respetivos danos. No entanto, segundo uma das precisões que a doutrina faz à teoria da causalidade adequada, não é necessário que o nexo causal seja imediato. Basta a causalidade mediata, isto é, que o ato dê lugar a uma condição posterior que provoque imediatamente o dano, desde que exista ainda uma causalidade adequada entre o facto e esta segunda

²⁴¹ Sobre a teoria da *conditio sine qua non*/causalidade em concreto, vide ANTUNES VARELA, *Das obrigações ...*, Vol. I cit., pp. 881-885; ALMEIDA COSTA, *Direito das ...*, cit., 12.^a ed., pp. 761-762; RIBEIRO DE FARIA, *Direito das...*, Primeiro Volume cit., p. 501; MENEZES CORDEIRO, *Tratado de...*, II – Direito das Obrigações – Tomo III, cit., pp. 533-534; MENEZES LEITÃO, *Direito das...*, cit., pp. 310-311.

²⁴² Sobre a teoria da causalidade adequada/causalidade em abstrato, vide ANTUNES VARELA, *Das obrigações ...*, Vol. I cit., pp. 887-898; ALMEIDA COSTA, *Direito das ...*, cit., 12.^a ed., pp. 763-767; RIBEIRO DE FARIA, *Direito das...*, Primeiro Volume cit., pp. 500-508; MENEZES CORDEIRO, *Tratado de...*, II – Direito das Obrigações – Tomo III, cit., pp. 533-537; MENEZES LEITÃO, *Direito das...*, cit., pp. 312-313.

²⁴³ Cf. supra, 6.1.

²⁴⁴ Em Itália, a Corte di Cassazione já se pronunciou nesse mesmo sentido, entendendo que os autores dos factos ilícitos podem muito bem prever que os sujeitos que diretamente sofrem lesões físicas em consequência das suas condutas têm família, e, portanto, que as consequências do evento podem ser danosas para várias pessoas - cf. Cassazione civile sez. III, sentenza 02.02.2001, n° 1516, disponível em www.altalex.com.

consequência, o que, como se referiu supra, se verifica nos casos em análise²⁴⁵. Os danos não patrimoniais dos familiares da vítima de lesão corporal grave que derivam da lesão do relacionamento familiar são, tranquilo e pleno, podem qualificar-se, assim, como danos indiretos, não no sentido de serem danos de terceiro ou reflexos, isto é, de não serem antecidos da violação de um direito subjetivo ou interesse abrangido por uma norma de proteção pertencente à esfera jurídica na qual se manifestam, mas no sentido de serem consequências mediatas do facto, e imediatas dos danos diretos, isto é, dos “(...) efeitos imediatos do facto ilícito (...)”²⁴⁶.

6.4 Pontos Comuns Entre a Posição Adotada e Algumas Reflexões Doutrinais e Jurisprudenciais

Como já referimos supra, em 5.2, Carneiro da Frada entende que a ressarcibilidade dos danos existenciais, categoria a que expressamente reconduz os danos em análise, deve ser analisada à luz da tutela da personalidade²⁴⁷. Como também já se mencionou supra, em 4.3, Sousa Dinis defende que o direito ao relacionamento sexual normal entre cônjuges é um direito de personalidade, fundamentando a pretensão indemnizatória do sujeito que se vê definitivamente impedido de manter relações sexuais com o seu cônjuge em virtude da lesão corporal grave que este sofre na violação de tal direito de personalidade²⁴⁸. Na nossa jurisprudência, alguns Acórdãos seguem essa linha de raciocínio de Sousa Dinis²⁴⁹. No recente Acórdão de uniformização de jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça de 16/01/2014 (Processo n.º 6430/07.0TBBRG), em dois votos de vencido considera-se que os danos não patrimoniais do familiar da vítima de lesão corporal grave decorrem da violação do seu direito ao livre desenvolvimento da personalidade, plasmado no artigo 26.º da Constituição e abrangido pela tutela geral da personalidade do artigo 70.º do Código Civil (votos de vencido de Maria dos Prazeres Pizarro Beleza e de Lopes do Rego)²⁵⁰. Não é assim

²⁴⁵ Nesse sentido, vide ALMEIDA COSTA, *Direito das ...*, cit., 12.ª ed., p. 766; RIBEIRO DE FARIA, *Direito das ...*, Primeiro Volume cit., pp. 507-508.

²⁴⁶ Cf. ANTUNES VARELA, *Das Obrigações ...*, Vol. I, cit., pp. 601-602. No mesmo sentido, vide RIBEIRO DE FARIA, *Direito das...*, Primeiro Volume cit., pp. 487-488.

²⁴⁷ Cf. CARNEIRO DA FRADA, *Nos 40 anos ...*, cit., pp. 52-57.

²⁴⁸ Cf. SOUSA DINIS, *Dano Corporal...*, cit., pp. 11 e 12.

²⁴⁹ Cf. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 08/03/2005 (Processo n.º 4486/04) – reproduzido in ABRANTES GERALDES, *Temas da ...*, II Volume, cit. pp. 233 e s.; Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 22/01/2013 (Processo n.º 3/09.0TBOBR); Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 26/06/2003, (Processo n.º 0333036), disponíveis em www.dgsi.pt.

²⁵⁰ Não explorámos a possibilidade de enquadrar os danos em análise numa violação do direito ao livre desenvolvimento da personalidade porque, tendo em conta a configuração deste direito entre nós, como comportando uma “ (...) dimensão dinâmica que aponta para a «pessoa em devir», ou seja, para a pessoa

estranha entre nós a consciência jurídica de que estas situações de lesão corporal grave podem acarretar para um familiar da vítima corporal a lesão de um bem da sua própria personalidade.

Para além disso, a solução por nós concretamente preconizada, fundamentando a pretensão indemnizatória relativa aos danos não patrimoniais dos familiares da vítima de lesão corporal grave na violação de um direito de personalidade que teria como objeto específico o relacionamento familiar são, tranquilo e pleno, já foi afluída, entre nós, por Abrantes Geraldês, ao questionar-se se não seria possível “(...) considerar também como ofensa a direitos pessoais a perturbação da tranquilidade familiar decorrente das lesões graves de um dos seus membros”²⁵¹. Tal solução também já foi abordada em Itália. Como nos dá conta Germana Loffari, Parodi refere que “(...) o interesse a não ver modificada a serenidade doméstica e a regular prossecução das relações afetivas e sociais, dentro e fora do núcleo familiar (...)” deve ser tutelado através da interpretação em sentido evolutivo da categoria jurídica tradicional dos danos reflexos²⁵². Por outro lado, para fundamentar a ressarcibilidade dos referidos danos não patrimoniais dos familiares, a jurisprudência italiana já entendeu que a personalidade e respetivos direitos se exprimem e realizam no âmbito da família²⁵³, bem como que aqueles danos resultam de uma violação do direito à serenidade familiar^{254 255}.

enriquecer a sua dignidade em termos de capacidade de prestação no plano pessoal, social e cultural.”- cf. GOMES CANOTILHO/VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Volume I, 4.ª ed., Coimbra Editora, 2007, pp. 463-464 - consideramos que o mesmo não reflete a situação de perda ou deterioração de um bem da personalidade já presente, isto é, o concreto relacionamento familiar, com todas as suas virtualidades, de que o sujeito já desfrutava antes da lesão corporal grave do seu familiar. Concordamos, por isso, com Carneiro da Frada, quando conclui que os danos existenciais, categoria na qual também enquadra os danos em análise, não decorrem, a maior parte das vezes, pelo menos, de uma violação do direito ao livre desenvolvimento da personalidade, uma vez “(...) não se trata neles tanto de proteger a liberdade de realização futura ou hipotética do sujeito, mas de compreender adequadamente o constrangimento e a perda de qualidade da sua existência presente.” – cf. CARNEIRO DA FRADA, *Nos 40 anos ...*, cit., pp. 55-56. Sobre o direito ao livre desenvolvimento da personalidade, vide também RUI MEDEIROS/ANTÓNIO CORTÊS, Artigo 26.º, in JORGE MIRANDA/RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa...*, Tomo I, cit., pp. 611-616; CAPELO DE SOUSA, *O Direito ...*, cit., pp. 352 e s.; PAIS DE VASCONCELOS, *Direito Geral ...*, cit., pp. 74-76.

²⁵¹ Cf. ABRANTES GERALDES, *Temas da ...*, II Volume, cit., p. 84.

²⁵² GERMANA LOFFARI, *L'Invalidazione del familiare ...*, cit., pp. 1322-1323.

²⁵³ Ibid., pp. 1322, 1331-1332.

²⁵⁴ Cf. JUAN ANTONIO MORENO MARTÍNEZ, *Daños Indirectos...*, cit., p. 30, nota 40.

²⁵⁵ Na nossa jurisprudência, existem alguns Acórdãos que deixam transparecer a ideia de que o sofrimento e a angústia dos familiares da vítima de lesão corporal grave decorrem da perturbação do relacionamento familiar que tal lesão originou. Vide, por exemplo, os seguintes excertos: “Por isso, e considerando que a qualidade de vida da Autora, mulher do lesado, ficou profundamente afectada, os seus direitos conjugais amputados numa parte importante para uma mulher jovem e o seu projecto de ter mais filhos irremediavelmente comprometido, assiste-lhe o direito a indemnização, a título de danos não patrimoniais (...)” - cf. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 26/05/2009 (Processo n.º 3413/03.2TBVCT), disponível em www.dgsi.pt. -; “Comprovando-se que esposa da vítima viu também os seus sonhos serem desfeitos, tornando-se, em permanência a enfermeira do seu marido; ficou impedida de exercer a vida normal de um casal que tinha tudo para ser feliz, condenada a um estado de viuvez, sem ser viúva, para o resto da sua vida; passou a suportar a responsabilidade de cuidar em permanência de um doente e de duas crianças (...)” - cf. Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 26/05/2004 (Processo n.º 3480/03), disponível em www.dgsi.pt.

7. Conclusões

- 1) Os danos reflexos assumem um caráter de danos-consequência, pois a sua causa imediata reside no dano-evento que o facto lesivo produz na esfera jurídica do lesado imediato, constituindo, por isso, uma consequência mediata desse facto lesivo. Os danos sofridos pelas pessoas afetivamente ligadas à vítima imediata são os que assumem maior relevo no âmbito dessa categoria, nos ordenamentos jurídicos francês, espanhol e italiano.
- 2) No nosso ordenamento jurídico, os danos reflexos consistem nas consequências negativas, de índole patrimonial ou não patrimonial, que o dano sofrido por um sujeito causa em certos interesses de outros sujeitos, que com o primeiro têm uma relação afetiva ou de caráter económico/profissional, sem que se verifique qualquer lesão de um direito subjetivo ou de um interesse abrangido por uma norma de proteção da esfera jurídica desses outros sujeitos.
- 3) A lesão corporal grave de um sujeito normalmente determina uma alteração radical do relacionamento que os seus familiares próximos - os que com ele partilham a sua vida quotidianamente -, tinham consigo antes da lesão, afetando o relacionamento familiar normal, tranquilo e feliz que se vivia até então, em várias vertentes. O sofrimento e a angústia que daí derivam para esses familiares podem ser enquadrados na categoria italiana dos danos existenciais, uma vez que traduzem a perda de benefícios ou possibilidades de atuação relacionais-sociais dos mesmos, e, assim, uma diminuição da sua qualidade de vida, face ao tempo anterior à lesão, constituindo também, indubitavelmente, danos não patrimoniais. Tais danos correspondem também à perda daqueles benefícios intangíveis que a doutrina e a jurisprudência norte-americanas caracterizam como companionship e consideram indemnizáveis ao abrigo da ação por loss of Consortium.
- 4) A personalidade humana, para além de se traduzir numa dimensão física e individualista, também implica uma dimensão relacional, traduzida na teia de relações nas quais o ser humano se projeta e se completa.
- 5) É no seio da família que essa dimensão relacional principalmente se exprime e desenvolve. Assim, o relacionamento familiar são, tranquilo, e pleno, que permite ao indivíduo usufruir de todas as vantagens que a relação familiar em concreto tem a virtualidade de lhe proporcionar, constitui um bem da personalidade, na sua dimensão relacional.
- 6) O artigo 70.º do Código Civil confere proteção a qualquer manifestação ou bem da

personalidade, pelo que o relacionamento familiar são, tranquilo, e pleno é objeto de um direito (subjeto) de personalidade específico. Assim, a lesão corporal grave de um sujeito pode determinar a violação desse direito de personalidade dos seus familiares próximos.

7) Os danos não patrimoniais referidos em 3) derivam, assim, da violação daquele direito de personalidade, sendo, por isso, danos “próprios” ou diretos, e não danos reflexos. A sua ressarcibilidade fundamenta-se diretamente no disposto nos artigos 483.º, n.º 1 e 496.º, n.º 1 do Código Civil, em conjugação com a tutela geral da personalidade, prevista no artigo 70.º do mesmo diploma. Tais danos constituem, assim, verdadeiros danos em sentido jurídico, uma vez que resultam da lesão de um bem juridicamente protegido.

8) Esses danos não patrimoniais, para além de se enquadrarem na categoria italiana dos danos existenciais, também se podem incluir na categoria francesa do *préjudice d'accompagnement*, uma vez que os mesmos também implicam uma perturbação da vida quotidiana dos familiares.

9) Os danos não patrimoniais dos familiares próximos da vítima de lesão corporal grave que correspondem ao *préjudice d'affection* - a dor que sentem por verem o seu ente querido sofrer – também se podem considerar uma consequência da lesão do bem e do direito de personalidade supra referidos, uma vez que também traduzem a perda de um benefício intangível de um relacionamento familiar são, tranquilo e pleno, o benefício de o seu ente querido ser uma pessoa saudável, sendo também, por isso, indemnizáveis. Neste sentido, o *préjudice d'affection* também revela uma perturbação na vida quotidiana (sentimental) dos familiares próximos, não assumindo, por isso, autonomia face ao *préjudice d'accompagnement*.

10) Existe um nexo de causalidade juridicamente relevante entre o facto que determina a lesão corporal grave de um sujeito e os danos não patrimoniais dos seus familiares próximos.

Bibliografia

ABBAGNANO, NICOLA, História da Filosofia, Volume I, tradução de António Borges Coelho/Franco de Sousa/Manuel Patrício, 3.ª ed., Editorial Presença.

ALPA, GUIDO, Trattato di Diritto Civile - IV – La Responsabilità Civile, Giuffrè Editore, 1999.

ASCENSÃO, JOSÉ OLIVEIRA DE, Direito Civil - Teoria Geral, Vol. I, 2.ª ed., Coimbra Editora, 2000;

- Direito Civil - Teoria Geral, Vol. III, Coimbra Editora, 2002;
- O Direito - Introdução e Teoria Geral, 13.^a ed., Almedina, 2005.

BAR, CHRISTIAN VON, *The Common European Law of Torts*, Volume Two, Oxford University Press, 1998.

BARBOSA, ANA MAFALDA CASTANHEIRA NEVES DE MIRANDA, *Liberdade vs. Responsabilidade: A Precaução Como Fundamento da Imputação Delitual? - Considerações a Propósito dos Cable Cases*, Almedina, 2006;

- Do Nexo de Causalidade ao Nexo de Imputação - Contributo para a compreensão da natureza binária e personalística do requisito causal ao nível da responsabilidade civil extracontratual, Volume II, Princípia, 2013.

BEST, ARTHUR/BARNES, DAVID W., *Basic Tort Law: Cases, Statutes, and Problems*, 3rd ed., Aspen Publisher, 2010.

CANOTILHO, J. J. GOMES/MOREIRA, VITAL, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Volume I, 4.^a ed., Coimbra Editora, 2007

CAMPOS, DIOGO LEITE DE, *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, 2.^a ed., Almedina, 1997;

- Nós - Estudos sobre o Direito das pessoas, Almedina, 2004.

CARLILE, ALISHA M., *Like Family: Rights of Nonmarried Cohabital Partners in Loss of Consortium Actions*, in *Boston College Law Review*, Volume 46, Issue 2, Number 2, 2005, pp. 391-421.

CARVALHO, ORLANDO DE, *Teoria Geral do Direito Civil*, 3.^a ed., coordenação: Francisco Liberal Fernandes/Maria Raquel Guimarães/Maria Regina Redinha, Almedina, 2012.

CENDON, PAOLO, *Non di Sola Salute Vive L'Uomo*, in *Trattati Persona e Danno – II – Lo Statuto del Danno Biologico – Diritto e Follia – La Disciplina Del Danno Esistenziale*, a cura di Paolo Cendon, con la collaborazione di Enrico Pasquinelli, Giuffrè Editore, 2004, pp. 1645-1664.

COELHO, FRANCISCO PEREIRA/OLIVEIRA, GUILHERME DE, *Curso de Direito da Família – Introdução – Direito Matrimonial*, 4.^a ed., com a colaboração de Rui Moura Ramos, Coimbra Editora, 2008.

CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, *Tratado de Direito Civil Português, I - Parte Geral - Tomo III - Pessoas*, Almedina, 2004;

- Tratado de Direito Civil Português, I - Parte Geral - Tomo I – Introdução, Fontes do Direito, Interpretação da Lei, Aplicação da Lei no Tempo, Doutrina Geral, 3.^a ed., Almedina, 2005;
 - Tratado de Direito Civil Português - II – Direito das Obrigações – Tomo I - Introdução, Sistemas e Direito Europeu das Obrigações, Dogmática Geral, Almedina, 2009;
 - Tratado de Direito Civil Português, II - Direito das Obrigações - Tomo III - Gestão de Negócios, Enriquecimento Sem Causa, Responsabilidade Civil, Almedina, 2010.
- COSTA, MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA, Direito das Obrigações, 12.^a ed., Almedina, 2009.
- CRESSON, ANDRÉ, Aristóteles, tradução de Emanuel Godinho, edições 70.
- DIAS, JOÃO ANTÓNIO ÁLVARO, Dano Corporal - Quadro Epistemológico e Aspectos Ressarcitórios, Almedina, 2001;
- Procriação Assistida e Responsabilidade Médica, in Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 21, Coimbra Editora, 1996.
- DINIS, JOAQUIM JOSÉ DE SOUSA, Dano Corporal em Acidentes de Viação – Cálculo da indemnização em situações de morte, incapacidade total e parcial – Perspectivas futuras, in Colectânea de Jurisprudência - Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça, Ano IX, Tomo I, 2001.
- FARIA, JORGE LEITE AREIAS RIBEIRO DE, Direito das Obrigações, Primeiro Volume, Almedina, 1987.
- FIGUEIREDO, ISABEL MOUSINHO DE, Danos Mediatos e de Terceiro - Sobre Alguns Limites da Responsabilidade Civil, Dissertação de Mestrado em Direito, Ciências Jurídicas, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2006.
- FRADA, MANUEL A. CARNEIRO DA, Uma «Terceira Via» no Direito da Responsabilidade Civil?, 1997, Almedina;
- Direito Civil – Responsabilidade Civil – O método do Caso, Almedina, 2006;
 - Nos 40 anos do Código Civil Português – Tutela da Personalidade e Dano Existencial, in Themis, Código Civil Português – Evolução e perspectivas actuais – Edição especial de 2008, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, pp. 47-68.
- FRADA, MANUEL A. CARNEIRO DA/VASCONCELOS, MARIA JOÃO PESTANA DE, Danos Económicos Puros - Ilustração de uma Problemática, in Estudos em Homenagem ao Doutor Marcello Caetano - No Centenário do seu Nascimento, Coimbra Editora, 2006, pp. 151-176.

FRANZONI, MASSIMO, Trattato Della Responsabilità Civile - Il Danno Risarcibile, II, Seconda edizione, Giuffrè Editore, 2010.

GERALDES, ANTÓNIO SANTOS ABRANTES, Temas da Responsabilidade Civil - Indemnização dos Danos Reflexos, II Volume, Almedina, 2005.

HEUSTON, R. E. V./BUCKLEY, RICHARD A., Salmond and Heust on the Law of Torts, 21st edition, Thomson Professional Pub Cn, 1996.

HÖRSTER, EWALD HEINRICH, A Parte Geral do Código Civil Português - Teoria Geral do Direito Civil, Almedina, 1992.

JÚNIOR, E. SANTOS, Da Responsabilidade Civil de Terceiro por Lesão do Direito de Crédito, Almedina, 2003.

LAMBERT-FAIVRE, YVONNE, Droit du dommage corporel - *Systèmes d'indemnisation*, 4^e édition, Dalloz, 2000.

LEITÃO, LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES, Direito das Obrigações, volume I, 11.^a ed., Almedina, 2014.

LOFFARI, GERMANA, *L'Invalidazione del familiare nella sfera esenziale*, in Trattato Breve Dei Nuovi Danni – Il risarcimento del danno esistenziale: aspetti civili, penali, medico legali, processuali, a cura di Paolo Cendon, Volume II, Cedam, 2001, pp. 1311-1338.

MACHADO, J. BAPTISTA, Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador, Almedina, 1994;

- Lições de Direito Internacional Privado, 3.^a ed., Almedina, 2009 (reimp.).

MAGALHÃES, TERESA/VIEIRA, DUARTE NUNO, A Avaliação de Grandes Traumatizados e a Atribuição da Terceira Pessoa, in Aspectos práticos da avaliação do dano corporal em Direito Civil, coordenação: Duarte Nuno Vieira/José Alvarez Quintelo, Número 2, Imprensa Universidade de Coimbra, 2008.

MARIANO, JOÃO CURA, A Providencia Cautelar de Arbitramento de Reparação Provisória, Almedina, 2003.

MARKENSIS, BASIL S./UNBERATH, HANNES, The German Law of Torts – A Comparative Treatise, 4th ed., Hart Publishing, 2002.

MARCELINO, AMÉRICO, Acidentes de Viação e Responsabilidade Civil, 6.^a ed., Livraria Petrony, 2003.

MATOS, FILIPE CRUZ DE ALBUQUERQUE, Responsabilidade Civil por Ofensa ao Crédito ou ao Bom Nome, Almedina, 2011, pp. 595.

MATTAMOUROS, JORGE, A Liquidação do Dano de Terceiro no Direito Civil Português, in Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Ano III, 2006, pp. 303-332.

MEDEIROS, RUI, Art. 67.º, in MIRANDA, JORGE/MEDEIROS, RUI, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I – Introdução, Preâmbulo, Artigos 1.º a 79.º, 2.ª ed., Coimbra Editora, 2010.

MEDEIROS, RUI/CORTÊS, ANTÓNIO, Artigo 26.º, in MIRANDA, JORGE/MEDEIROS, RUI, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I – Introdução, Preâmbulo, Artigos 1.º a 79.º, 2.ª ed., Coimbra Editora, 2010.

MENDES, JOÃO CASTRO DE, Direito da Família, Associação Académica da FDUL, 1990/1991, edição revista por Miguel Teixeira de Sousa.

MONTEIRO, JORGE FERREIRA SINDE, Dano Corporal (Um roteiro do direito português), in Revista de Direito e Economia, Ano XV, 1989, Universidade de Coimbra, pp. 367-374;

- Responsabilidade por Conselhos, Recomendações ou Informações, Almedina, 1989;
- Rudimentos da responsabilidade civil, in Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Ano II, 2005, pp. 349-390.

MONTEIRO, PINTO, Sobre a reparação dos danos morais, in Revista Portuguesa de Dano Corporal, N.º 1, 1.º ano, 1992, pp. 17-25.

NEVES, A. CASTANHEIRA, O Atual Problema Metodológico da Interpretação Jurídica - I, Coimbra Editora, 2003.

NOLAN, LAURANCE C./WARDLE, LYNN D., Fundamental principles of family law, 2nd ed., William S. Hein & Company, 2006.

PINHEIRO, JORGE ALBERTO CARAS ALTAS DUARTE, O Núcleo Intangível da Comunhão Conjugal - Os Deveres conjugais Sexuais, Almedina, 2004;

- O Direito da Família Contemporâneo, 3.ª ed., aafdl, 2010.

PINTO, CARLOS ALBERTO DA MOTA, Teoria Geral do Direito Civil, 4.ª ed., por António Pinto Monteiro/Paulo Mota Pinto, Coimbra editora, 2005.

PINTO, PAULO MOTA, O Direito à Reserva sobre a Intimidade da Vida Privada, in Boletim da Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, Vol. LXIX, 1993.

ROSSETI, MARCO, Il danno da lesione dalla salute: biológico, patrimoniale, morale, CEDAM, 2001.

SOUSA, RABINDRANATH V. A. CAPELO DE, O Direito Geral de Personalidade, Coimbra Editora, 1995;

- Lições de Direito das Sucessões, Volume I, 4.^a edição, Coimbra Editora, 2000.
- SERRA, ADRIANO PAES DA SILVA VAZ, Direito das Obrigações (parte resumida) – Continuação, in Boletim do Ministério da Justiça, n.º 101, pp. 15-161;
- Anotação ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 13 de janeiro de 1970, in Revista de Legislação e de Jurisprudência, 104.º ano, n.º 3442, pp. 12-16.
- TERRÉ, FRANÇOIS/SIMLER, PHILIPPE/LEQUETTE, YVES, Droit Civil - Les Obligations, 10^e édition, Dalloz, 2009.
- TRIGO, MARIA DA GRAÇA, *Adopção do Conceito de “Dano Biológico” pelo Direito Português*, in Revista da Ordem dos Advogados, Ano 72, Jan./Mar. 2012, pp. 147-178.
- VARELA, JOÃO DE MATOS ANTUNES, Anotação ao Parecer da Procuradoria-Geral da República de 31 de outubro de 1969, in Revista de Legislação e de Jurisprudência, 103.º ano, n.º 3421, pp. 245-256;
- Anotação ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 23 de maio de 1985, in Revista de Legislação e de Jurisprudência, 123.º ano, n.º 3798, pp. 278-281;
- Direito da Família, 1.º Volume, 4.^a ed., Livraria Petrony, 1996;
- Das Obrigações em Geral, Vol. 1, 10.^a ed., Almedina, 2000.
- VASCONCELOS, PEDRO PAIS DE, Direito Geral de Personalidade, Almedina, 2006.
- VINEY, GENEVIÈVE/JOURDAIN, PATRICE, Traité de Droit Civil - Les Conditions de La Responsabilité, 2^e édition, Sous la direction de Jacques Ghestin, L.G.D.J., 1988.

Jurisprudência

Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça:

- De 16/01/2014 (Processo n.º 6430/07.0TB BRG), disponível em www.dgsi.pt;
- De 28/02/2013 (Processo n.º 60/2001), disponível em www.dgsi.pt;
- De 21/03/2013 (Processo n.º 565/10.9TBPVL), disponível em www.dgsi.pt;
- De 06/12/2011 (Processo n.º 52/06.0TBVNC), disponível em www.dgsi.pt;
- De 14/09/2010 (Processo n.º 267/06.0TBVCD), disponível em www.dgsi.pt;
- De 20/05/2010 (Processo n.º 103/2002), disponível em www.dgsi.pt;
- De 20/01/2010 (Processo n.º 203/99.9TBVRL), disponível em www.dgsi.pt;
- De 17/12/2009 (Processo n.º 340/03.7TBPNH), disponível em www.dgsi.pt;
- De 27/10/2009 (Processo n.º 560/09.0YFLSB), disponível em www.dgsi.pt;
- De 17/09/2009 (Processo n.º 292/1999), disponível em www.dgsi.pt;
- De 08/09/2009 (Processo n.º 2733/06.9TBBCL), disponível em www.dgsi.pt;

- De 26/05/2009 (Processo n.º 3413/03.2TBVCT), disponível em www.dgsi.pt;
- De 15/04/2009 (Processo n.º 08P3704), disponível em www.dgsi.pt;
- De 25/02/2009 (Processo n.º 08P3459), disponível em www.dgsi.pt;
- De 01/03/2007 (Processo n.º 4025/06), disponível em www.dgsi.pt;
- De 31/10/2006 (Processo n.º 3244/06), disponível em www.dgsi.pt;
- De 26/02/2004 (Processo n.º 4298/03), disponível em www.dgsi.pt;
- De 26/02/2004 (Processo n.º 03B4298), disponível em www.dgsi.pt;
- De 21/03/2000, in Colectânea de Jurisprudência – Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça, Tomo I, p. 138;
- De 25/11/1998, in Boletim do Ministério da Justiça, n.º 481.

Acórdãos do Tribunal da Relação de Lisboa:

- De 06/05/1999, in Colectânea de Jurisprudência, Tomo II, p. 88 e s..

Acórdãos do Tribunal da Relação do Porto:

- De 20/10/2004 (Processo n.º 0414382), disponível em www.dgsi.pt;
- De 26/06/2003 (Processo n.º 0333036), disponível em www.dgsi.pt;
- De 04/04/1991, in Colectânea de Jurisprudência, Tomo II, pp. 254 e s..

Acórdãos do Tribunal da Relação de Coimbra:

- De 22/01/2013 (Processo n.º 3/09.0TBOBR), disponível em www.dgsi.pt;
- De 25/05/2004 (Processo n.º 3480/03), disponível em www.dgsi.pt;
- De 26/10/1993, in Colectânea de Jurisprudência, Tomo IV, p. 69 e s..

Jurisprudência estrangeira:

- PARSONS v. SHONEYS, INC., CIV. NO. 80-0063-P(H), United States District Court, S.D. West Virginia, Parkersburg Division, July 11 (disponível em www.leagle.com);
- STURTZ v. LUDYNO, 8 CIVIL 1979, 15 Pa. D. & C. 3d 289 (1979), Common Pleas Court of Somerset County, Pennsylvania, December 26, 1979 (disponível em www.leagle.com);
- LEONARD v. JOHN CRANE, INC., 206 Cal. App. 4th 1274 (2012), 142 Cal. Rptr. 3d 700, Court of Appeals of California, First District, Division, Five June 13, 2012 (disponível em www.leagle.com);
- Cassazione civile sez. III, sentenza 02/02/2001, n.º 1516 (disponível em www.altalex.com).